

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**THIAGO JOSÉ ANDRADE NASCIMENTO**

**SOBRE O ESTADO MODERNO: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE  
ESTADO DE KARL MARX E ANTÔNIO GRAMSCI**

**MACEIÓ 2010**

**THIAGO JOSÉ ANDRADE NASCIMENTO**

**SOBRE O ESTADO MODERNO: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE  
ESTADO DE KARL MARX E ANTÔNIO GRAMSCI**

Dissertação apresentada à  
Universidade federal de Alagoas  
como requisito parcial para a  
obtenção do título de mestre em  
Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. José  
Nascimento de França.

**MACEIÓ 2010**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Maria Auxiliadora G. da Cunha**

N244s Nascimento, Thiago José Andrade .  
Sobre o Estado Moderno : uma análise das concepções de Estado de Karl Marx  
e Antônio Gramsci / Thiago José Andrade Nascimento, 2010.  
95 f.

Orientador: José Nascimento de França.  
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas.  
Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 93-95.

1. Estado. 2. Política. 3. Socialismo. I. Título.

CDU: 316.323.72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

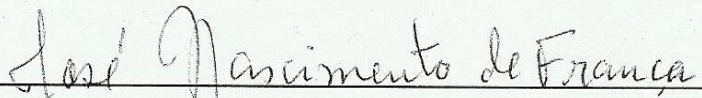
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

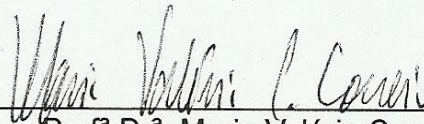
---

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de Thiago José Andrade Nascimento, intitulada **“Sobre o Estado Moderno: uma análise das concepções de Estado de Karl Marx e Antônio Gramsci”**, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 25 de outubro de 2010, às 15h, na sala de multimeios da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

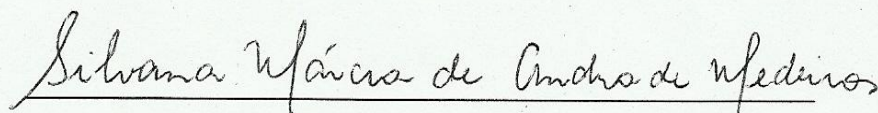
  
Profª Dr. José Nascimento de França  
Orientador (PPGSS - FSSO - UFAL)

CPF: 079 390 194 49



Profª Drª. Maria Valéria Costa Correia  
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)

CPF: 284 480 734 87



Profª Drª. Silvana Márcia de Andrade Medeiros  
Examinadora externa (UFAL – Palmeira dos Índios )

CPF: 337 528 854 91

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor José Nascimento de França, meu orientador, pela ajuda que me deu em todo o processo, desde o início do mestrado.

Aos amigos Luiz Carlos e Roberta, que sugeriram que eu fizesse a seleção para este mestrado, e me ajudaram com a bibliografia, com os estudos e com o incentivo.

À professora Clara Suassuna, do curso de História, que me ajudou a elaborar o projeto de mestrado para a seleção, em 2008.

À minha família e a todos os amigos que estão sempre me dando suporte; seu apoio sempre foi fundamental para mim, em todos os aspectos.

Ao programa de pós-graduação em Serviço Social da UFAL, pela oportunidade de estudar e obter o título de mestre, e a todos os seus professores e alunos.

À CAPES, pela bolsa!

Ao Senhor Jesus, autor e consumidor da minha fé, minha fonte diária de inspiração, de alegria e de paz.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo as concepções de Estado de Karl Marx e Antônio Gramsci. O estudo do Estado e da política é de grande importância para a compreensão da sociedade, e para o entendimento dos limites da luta política para a emancipação humana. A escolha dos dois autores estudados teve como base o fato de Marx ser o principal pensador comunista e Gramsci ser um dos mais importantes do século XX, sendo muito influente no Brasil. O problema analisado foi a existência de convergências e divergências entre as concepções de Estado de Marx e Gramsci, a despeito de usarem o mesmo método (materialismo histórico) e assumirem a perspectiva da classe trabalhadora. O trabalho realizado foi uma pesquisa bibliográfica. Como base de nossa pesquisa utilizamos os textos de Marx e Gramsci que tratam da questão do Estado, além de alguns comentadores. No primeiro capítulo fizemos um breve estudo sobre a concepção liberal de Estado, a partir de autores como Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel. No segundo capítulo iniciamos o estudo da concepção de Estado de Marx, observando sua vida e contexto onde ele produziu, além dos pressupostos de sua teoria social. No terceiro capítulo foi feito um estudo da vida e obra de Gramsci, seu método de pesquisa, e de sua concepção de Estado, um dos focos deste trabalho. O quarto e último capítulo trata da relação entre as concepções dos dois autores, suas convergências e divergências. Apesar de algumas diferenças, Marx e Gramsci concordam no essencial. Pode-se dizer que a concepção de Estado de Gramsci é a mesma que a de Marx, levando em conta as diferenças de tempo e espaço no qual escreveram. O Estado é visto como um instrumento de dominação de classe, importante na estrutura de dominação da burguesia sobre o proletariado. A sociedade comunista, onde não existem mais classes sociais, representa o fim da exploração do homem pelo homem e prescinde do Estado e da política.

Palavras chave: Estado, Política, Socialismo.

## ABSTRACT

This work has as object of study the concepts of state of Karl Marx and Antônio Gramsci. The study of the state and politics is very important for the comprehension of the society, and for the understanding of the limits of the political struggle for the human emancipation. The choice of the both studied authors has as basis the fact of Marx to be the most important communist thinker and Gramsci be one of the most important authors from XX century, being very influent in Brazil. The problem we analyzed was the existence of convergences and divergences between the concepts of state of Marx and Gramsci; in despite of they use the same method (Historical Materialism) and assume the perspective of the work class. This work is a bibliographical research. As ground of our research we used the texts of Marx and Gramsci which refer to State, and we also used some commentators. In the first chapter we made a brief study of the liberal concept of state, through Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau and Hegel. In the second chapter we started the study of the concept of state of Karl Marx, taking in count his life and the context where he lived and produced his works, and the assumptions of his social theory. In the third theory we made a study about the life and work of Antônio Gramsci, his method and his concept of state, focus of this work. The fourth and last chapter deals about the relation between the concepts of authors, them convergences and divergences. Although they have some differences, Marx and Gramsci agree in the essential. It is possible to say that the concept of Gramsci is the same Marx's concept. They see the state as an instrument of class control, important to the structure of domination of bourgeoisie over proletariat. The communist society, where there are not social classes, represents the end of exploration of man by the man, and dispenses State and politics.

Keywords: State, Politics, Socialism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I - CONCEPÇÃO LIBERAL DE ESTADO</b> .....	12
1.1 Maquiavel e os contratualistas .....	12
1.2 O Estado no pensamento de Hegel.....	18
<b>CAPÍTULO II - CONCEPÇÃO DE ESTADO EM MARX</b> .....	23
2.1 Dados biográficos e contexto histórico de Marx .....	23
2.2. Pressupostos da teoria social de Marx.....	32
2.3. Sobre o Estado em Marx .....	39
<b>CAPÍTULO III - CONCEPÇÃO DE ESTADO EM GRAMSCI</b> .....	58
3.1 Contexto histórico e vida de Antônio Gramsci .....	58
3.2 Considerações sobre o método de Antônio Gramsci .....	65
3.3 Sobre o Estado no pensamento de Gramsci .....	71
<b>CAPÍTULO IV - ESTADO EM MARX E GRAMSCI: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS</b> .....	82
4.1. Convergências e divergências entre as concepções de Estado de Marx e Gramsci .....	82
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	93



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma inquietação do autor a respeito do Estado, enquanto instituição presente em todas as sociedades, desde o advento da propriedade privada dos meios de produção. Neste sentido, nos perguntamos: O que é o Estado? Qual a função e a natureza do Estado dentro da sociedade contemporânea? A escolha da investigação desta categoria se deu pela necessidade do pesquisador de entender o Estado, desde suas raízes na modernidade, considerando que este entendimento é de fundamental importância para a compreensão e transformação da sociedade.

É preciso entender o Estado para que se vislumbre os limites e as possibilidades da luta política da classe dominada em função do estabelecimento de uma nova sociedade hegemônica pelo projeto da classe trabalhadora. A estratégia revolucionária não pode prescindir do conhecimento objetivo do Estado e da política; as ações de luta da classe trabalhadora variam de acordo com a concepção de Estado adotada pela classe subalterna. Se houver a visão do Estado como instituição unicamente repressora, onde não existe espaço para o atendimento das necessidades das classes subalternas, a estratégia e as táticas revolucionárias não serão as mesmas da que existirá se a concepção de Estado for mais ampla, onde se admite a possibilidade de conquistas populares dentro do aparelho estatal. A presente pesquisa busca elucidar essa questão que nos parece fundamental no que diz respeito à natureza e função do Estado na atual sociedade.

Neste trabalho realizamos um estudo teórico do Estado capitalista, analisando as concepções de dois pensadores muito importantes para a classe trabalhadora mundial: o alemão Karl Marx (1818-1883) e o italiano Antônio Gramsci (1891-1937). Karl Marx, criador do materialismo histórico-dialético, é a maior referência do pensamento comunista, enquanto o italiano Antônio Gramsci foi um dos marxistas mais importantes do século XX, e é um dos autores mais influentes no atual pensamento social brasileiro, inclusive no Serviço Social.

Marx, que viveu e produziu no século XIX, estudou as bases da desigualdade social no modo de produção capitalista, concentrando suas

investigações nos aspectos econômicos. Gramsci, que escreveu seus principais textos nas primeiras décadas do século XX, deu ênfase aos fenômenos políticos. O foco deste estudo está, portanto, nas concepções de Estado de Marx e Gramsci. Apesar de esses dois pensadores adotarem a perspectiva da classe trabalhadora e um método de pesquisa em comum, o Materialismo Histórico, é possível encontrar diferenças em suas teorias. Há convergências e divergências entre as concepções de Estado de Marx e Gramsci, no que se refere ao funcionamento do Estado e as relações do mesmo com a sociedade civil.

Marx não fez um estudo sistemático do Estado, embora tivesse planejado tal estudo (CODATO E PERINSSOTTO, 2001). No entanto, em suas obras existem elementos suficientes para que se perceba que ele tinha uma concepção de Estado que está expressa em seus vários textos; assim é possível encontrar nos escritos de Marx sua concepção de Estado. Aparentemente, Marx possuía uma visão negativa do Estado, visto por ele apenas como instrumento de dominação de classe, concebido no *Manifesto Comunista* como um “comitê para gerir os negócios da burguesia” (MARX & ENGELS, 1998).

Já Gramsci escreveu bastante sobre política e Estado, tendo sua teoria ampliada do Estado conhecida por muitos (COUTINHO, 1996). Este pensador via o Estado do século XX como uma instituição ampla, onde havia a possibilidade de conquista de espaço por parte da classe trabalhadora.

Outro ponto importante, a respeito do tema, é o conceito de sociedade civil, que difere nas obras de Marx e de Gramsci. Para Marx, a sociedade civil é constituída pelas classes sociais inseridas no processo produtivo, formando a estrutura econômica que dá base à sociedade (1982). Gramsci, diferentemente de Marx, coloca a sociedade civil como parte integrante da superestrutura, onde ela forma, junto à sociedade política, o Estado (GRAMSCI, 2000).

A partir daí algumas questões são levantadas, tais como: quais os pontos de convergência e de divergência entre as concepções de Estado de Marx e Gramsci? Qual a razão das divergências entre ambos, em seus escritos sobre o Estado? Gramsci segue os passos de Marx, em seus textos, ou sua

teoria representa uma ruptura com o pensamento marxiano? O problema a ser analisado, portanto, é a existência de convergências e divergências entre Marx e Gramsci, no que se refere à concepção de Estado; embora Gramsci seja marxista e, em tese, um dos herdeiros do pensamento de Karl Marx e continuador de sua obra. Assim o objeto de pesquisa são as concepções de Estado dos dois referidos pensadores.

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, a partir dos textos dos autores que são objeto deste estudo. Os instrumentos da pesquisa foram os textos de Marx e de Gramsci que tratam da questão do Estado. Também realizamos uma revisão da literatura a respeito do tema, tendo como base os principais comentadores da obra de Marx e Gramsci. Trabalhamos com análise de conteúdo das obras estudadas e como suporte aos estudos sobre o Estado elaboramos uma análise dos principais elementos do contexto histórico, da biografia e do método de pesquisa dos dois autores estudados.

A relevância do trabalho está na necessidade de entendimento do Estado contemporâneo, próprio do modo de produção capitalista, a partir do construto teórico de Karl Marx e Antônio Gramsci. Como apontamos, é preciso compreender objetivamente o Estado para que se tenha o real entendimento dos limites e alcances de sua ação na sociedade contemporânea e, sobretudo, a possibilidade do proletariado e das camadas subalternas da população de superar o capitalismo e construir uma sociedade igualitária.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro traz uma visão geral a respeito do Estado moderno, a partir de duas grandes linhas teóricas: a Filosofia Política clássica e a contribuição de Hegel. O segundo capítulo trata da concepção de Estado de Karl Marx, sendo dividida em três partes, onde foi elaborado um estudo da vida e do contexto histórico do pensador alemão, e de seus fundamentos filosóficos antes de entrarmos na análise de sua teoria do Estado. Tal análise é um dos pontos centrais deste trabalho. No terceiro capítulo foi feita uma análise da concepção de Estado de Antônio Gramsci, levando em conta o contexto histórico no qual ele viveu, sua biografia e seu método de pesquisa. O quarto e último capítulo busca relacionar as teorias de Marx e Gramsci, observando seus pontos de convergência e de divergência em suas concepções de Estado. A partir desta relação é observado se a teoria de

Estado de Gramsci representa uma continuidade ou uma ruptura com a teoria marxiana a respeito do Estado.

Considerando a complexidade do tema e sua importância, é esperado que este trabalho tenha alcançado seus objetivos e esteja à altura da tarefa a qual se propõe: analisar e relacionar as teorias de dois dos maiores pensadores comunistas. O pressuposto básico desta investigação é a existência de pontos de divergência entre os conceitos de Marx e Gramsci, a despeito de também existirem pontos de convergência. A pesquisa revelou que, em essência, as concepções de Marx e Gramsci se relacionam positivamente, havendo mais convergências do que divergências. O contexto histórico no qual cada um viveu e produziu também foi importante para suas obras, além das mudanças ocorridas no Estado na virada do século XIX para o século XX. Este fator traz diferenças em alguns pontos da análise de Marx e Gramsci, sem caracterizar uma ruptura. Esse ponto será analisado no último capítulo e nas considerações finais.

Tal dissertação não pretende esgotar o assunto, por demais complexo e até mesmo polêmico, mas trazer contribuições sobre a temática do Estado. É importante para o autor que a presente dissertação possa ser fonte de pesquisa para os que se interessem pelos temas nela abordados.

## **CAPÍTULO I**

### **CONCEPÇÃO LIBERAL DE ESTADO**

#### **1.1 Maquiavel e os contratualistas**

A compreensão das concepções de Estado de Karl Marx e Antônio Gramsci, foco deste trabalho, requer o conhecimento das principais teorias a respeito do Estado Moderno: as concepções que fazem parte do pensamento liberal. É a partir da crítica das concepções liberais que Marx e Gramsci irão elaborar sua teoria a respeito da política e do Estado. Dentre os autores que fazem parte da visão liberal estudamos Maquiavel e os contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau no item 1.1; e Hegel no item 1.2. Por hora foi deixada de lado a visão marxista sobre o Estado por que a mesma será estudada nos capítulos seguintes.

O surgimento do Estado Moderno está relacionado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, após o declínio do feudalismo, no período denominado pelos historiadores de Baixa Idade Média (do século XI ao século XV). Nesse período o sistema feudal entrou em crise, houve o renascimento comercial na Europa ocidental, bem como o ressurgimento da vida nas cidades, além da ascensão da burguesia e de seus valores. Durante a Idade Média havia uma intensa descentralização do governo, com a divisão da terra em diversos feudos que gozavam de autonomia jurídica, administrativa e militar. O crescimento do comércio e o aparecimento da burguesia como classe fez com que fosse necessário um poder central, que levasse a cabo reformas que viabilizassem o desenvolvimento do capitalismo. Tais reformas envolviam um sistema único de pesos e medidas, uma moeda única, um sistema jurídico, além de segurança nas estradas e um exército nacional (HUBERMAN, 1986). Essas medidas foram importantes para desenvolver e fortalecer os mercados nacionais, por isso a burguesia apoiou os reis na criação dos Estados nacionais; a aliança entre os burgueses e os reis, decorrente de seus interesses comuns, deu origem ao Estado Moderno.

O primeiro pensador moderno que escreveu sobre o Estado e a política foi o italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527). Maquiavel rompeu com o padrão medieval, escrevendo uma obra de cunho humanista, deixando de lado a Teologia, fundamental ao pensamento da Idade Média, sendo à base de sustentação ideológica dos senhores feudais; seu pensamento aparece separado dos aspectos morais e religiosos. Maquiavel não vê o Estado como uma instituição transcendental, criada por um ser divino, nem confere ao homem uma essência boa e justa, mas considera a natureza humana má e egoísta. Esses fatores são determinantes na obra de Maquiavel, pois, segundo Gruppi (1986, p.10), para o pensador italiano deve-se observar o que se pode e é necessário fazer, não o que é certo fazer, do ponto de vista moral, pois “quem quiser ser bom entre os maus fica arruinado”.

Maquiavel se torna o primeiro pensador moderno por ser o pioneiro na escrita de uma obra que negasse os princípios medievais defendidos pela Igreja Católica, instituição que era considerada por Gramsci como intelectual orgânica dos senhores feudais (GRAMSCI, 1988). A obra de Maquiavel preza o utilitarismo, sendo baseada na realidade efetiva, não em valores e sentimentos abstratos. Seu foco está na realidade imanente, não no transcendental. Sobre a conduta do príncipe, chefe de Estado italiano, ele diz:

E se os homens têm menos receio de conspirar contra aquele que se faz estimar que contra aquele que se faz temer é porque a estima mantém-se mercê de um compromisso [ético], o qual, por serem os homens perversos, sempre vê-se rompido em favor de interesses pessoais, ao passo que o temor está assente sobre um medo de punição que não os abandona jamais. (MAQUIAVEL, 1998, p.80,81).

Dessa maneira, o Estado Moderno deve ser forte, absoluto, deve impor o terror. A importância de Maquiavel consiste em ser o pioneiro no estudo da política, no período pós-medieval, e estudá-la a partir do homem real, imanente. Maquiavel funda uma nova moral, distinta da moral cristã que era predominante na Idade Média; a nova moral era mundana, prática.

Além de Maquiavel, são dignos de menção os filósofos políticos clássicos. Entre eles destacam-se os *jusnaturalistas*, Hobbes, Locke e Rousseau. O pensamento político desses autores considera dois momentos

básicos da civilização: o estado de natureza e a sociedade. O estado de natureza corresponde ao período (não histórico) em que os homens viviam em condições de igualdade e eram livres, antes da formação de qualquer forma de comunidade organizada. A sociedade, também chamada de estado civil é formada a partir de um contrato social entre os indivíduos, por isso esses filósofos eram chamados de contratualistas. Há uma contraposição entre sociedade civil e estado de natureza, onde a sociedade civil aparece fundada por um pacto social que organiza e regula a vida social. Embora este seja um ponto comum nas obras de Hobbes, Locke e Rousseau, cada um deles apresenta uma visão própria do contrato social e do Estado, e são essas visões particulares que serão estudadas a seguir, onde será feita uma breve exposição de suas principais ideias.

O primeiro grande filósofo contratualista foi o inglês Thomas Hobbes (1588-1679), cuja principal obra foi o *Leviatã*, escrita em 1651. Segundo Hobbes, os homens em estado de natureza vivem numa constante guerra de todos contra todos, onde não há garantias para ninguém, uma vez que não existem leis, nem Estado ou qualquer forma de poder superior que evite esta situação de constante beligerância. A partir daí surge a necessidade do Estado.

Se os homens gozam do direito ou da possibilidade de fazerem tudo quanto intentarem, o resultado inevitável disso é a guerra (HOBBS, 1979). Para evitar que os homens destruam uns aos outros por sua necessidade de poder e de riquezas, os indivíduos estabelecem entre si um acordo, um contrato social, por meio do qual se constitui o Estado.

Os homens, por sua natureza, não seriam propensos a criarem um Estado que limitasse sua liberdade; eles estabelecem as restrições em que vivem dentro do Estado, segundo Hobbes, com a finalidade de obter dessa forma sua própria conservação e uma vida mais confortável. Isto é, para saírem da miserável condição de guerra permanente que é a consequência necessária das paixões naturais. (GRUPPI, 1986 p.13).

Para isso se faz necessária a criação de um Estado forte e absoluto, que controle a vida dos cidadãos. Segundo Correia (2005, p.29) as pessoas entregariam seus direitos naturais, sua propriedade, sua liberdade a uma só

pessoa, o Estado, que teria a função de manter o controle de todos. Nas palavras do próprio Hobbes, o Estado é:

*Uma pessoa cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum (1979, p.106, grifos do autor).*

O Estado em Hobbes é absoluto, seu poder é ilimitado. Por isso o Estado é comparado ao Leviatã, criatura citada na Bíblia no capítulo 41 do livro de Jó, chamada de “rei dos soberbos”. Assim, a sociedade civil em Hobbes só é possível com a presença do Estado, ao qual os indivíduos estejam integralmente submetidos.

Outro pensador inglês, John Locke (1632-1704) possuía uma concepção de Estado divergente, em alguns aspectos, da concepção de Hobbes. Locke colocava limites ao poder do Estado, tendo uma teoria burguesa do mesmo. Ele viveu em uma Inglaterra posterior às revoluções liberais do século XVII, que consolidaram o domínio da burguesia e permitiram o desenvolvimento do modo de produção capitalista naquele país. Esse fato terá grande influência em seu pensamento.

Para Locke o homem possui direitos naturais inalienáveis, e entre esses direitos se encontra o direito à propriedade. Os homens são livres, quando estão vivendo no estado de natureza, no entanto, existe uma necessidade de impor limites a sua liberdade (GRUPPI, 1986). Esses limites têm como finalidade garantir a sua propriedade. O estado de natureza não garante a propriedade, ou os direitos básicos do homem, por conta disso é preciso a criação de um Estado que exerça essa função, a de garantir e proteger a propriedade privada dos indivíduos (LOCKE, 1978). O contrato social funda a sociedade e o Estado, em oposição ao estado de natureza.

Enquanto Hobbes via o Estado como uma instituição absoluta, cujo poder não tinha limites, Locke concebe o Estado como limitado, divisível e passivo de resistência (CORREIA, 2005). Sua razão de existência é a conservação dos direitos do homem, então se ele falhasse em sua função primordial, poderia ser resistido. O ponto central do pensamento de Locke é a existência dos direitos naturais, que são anteriores à própria sociedade política,



os quais são inalienáveis e devem ser protegidos pelo Estado. Os limites do poder do Estado estão nestes direitos naturais, que são a vida, a liberdade e a propriedade. Segundo Correia, esse aspecto do pensamento de Locke o torna o pai do Liberalismo:

É aí que se localiza o núcleo originário do liberalismo clássico: uma teoria dos limites do poder do Estado, decorrente da pressuposição da existência de direitos naturais precedente à formação do poder político, cabendo a este a preservação dos mesmos. É por isso que Locke é considerado o pai do liberalismo. O Estado é limitado pela lei natural, ou seja, o direito natural mais sagrado à propriedade que é um bem supremo e que o Estado não pode interferir, apenas protegê-lo através das leis (2005, p.32).

O pressuposto filosófico básico do liberalismo é o jusnaturalismo, ou seja, a existência de direitos naturais que são anteriores à sociedade, e que devem ser protegidos pelo poder estatal. O liberalismo é o pensamento da burguesia, que privilegia os direitos e liberdades individuais, e a liberdade de comércio, além da sacralidade do direito à propriedade.

Existe uma relação entre propriedade e liberdade, e o governo não pode tirar nenhuma parte da propriedade do indivíduo sem o consentimento deste. A finalidade do Estado constituído é a manutenção da propriedade, sem a qual não há necessidade de Estado. O contrato social também é visto como um contrato mercantil, onde o direito à propriedade é a base das relações entre os indivíduos.

Outro importante filósofo contratualista foi o francês Jean-Jacques Rousseau (1717-1778). Ele é considerado um dos principais pensadores do século XVIII e o maior nome do Iluminismo francês. A teoria de Rousseau apresenta uma grande diferença em relação a Hobbes e a Locke, no que se refere ao estado de natureza e à sociedade: segundo ele é na sociedade que estão a competitividade, a guerra e o caos, não no estado de natureza.

O estado de natureza é apresentado pelo filósofo francês como uma condição de liberdade, igualdade e paz, e a violação dessa condição se dá com a chegada da civilização. A civilização se desenvolve a partir do advento da propriedade privada, que é o estopim que detona o processo de desagregação

da vida natural do homem, livre, bom e justo, para dar lugar à vida em sociedade. Esta questão é explicitada por Correia da seguinte maneira:

Para este pensador [Rousseau] a essência do homem é boa, desprovida do egoísmo – bom selvagem – e este vivia em estado originário de felicidade e igualdade vivendo do que a natureza lhe dava. É a propriedade privada, ou seja, a divisão entre o meu e o teu que acaba este estado de felicidade e igualdade e dá origem à sociedade civil. Esta corrompe o homem e dá fim ao estado de natureza. (2005, p.35).

Assim, para Rousseau, o homem é portador de uma essência que o faz bom e justo, mas ele é corrompido pela vida em sociedade. Os pressupostos filosóficos de Rousseau são diferentes dos pressupostos dos demais pensadores jusnaturalistas, pois ele vê no estado de natureza uma época de inocência, justiça e igualdade. É a propriedade privada que traz a desigualdade social, de modo que Rousseau é um crítico da sociedade, diferente dos demais contratualistas.

Na concepção de Rousseau, a sociedade nasce de um contrato (GRUPPI, 1986), seguindo a mentalidade comercial e o individualismo burguês da sua época. Ele via a sociedade como ela era no século XVIII, marcada por conflitos, busca por lucro, individualismo e competição, além dos vários interesses privados; era a sociedade burguesa se afirmando no cenário mundial. Rousseau considerava a sociedade como sendo soberana, tendo sua autonomia como inviolável. Por conta disso, “a sociedade nunca deve criar um Estado distinto ou separado de si mesmo. O único órgão soberano é a assembléia (Rousseau é o primeiro teórico da assembléia) e nesta é que se expressa a soberania” (Idem, p.18). O Estado de Rousseau é descrito no livro *O Contrato Social*, publicado em 1762.

Por meio do contrato social, seria criado um Estado que preservaria a liberdade e a igualdade comuns ao estado de natureza, na sociedade civil. “O Estado teria como missão moralizar e retificar as distorções provocadas pela sociedade civil” (CORREIA, 2005, p.35). Tal Estado seria governado por uma assembléia, que é, na concepção de Rousseau, a expressão da vontade geral do povo. A assembléia é soberana, não havendo em Rousseau a distinção dos três poderes. O Estado é a síntese das vontades individuais, e seu objetivo é o

bem comum, alicerçado na vontade geral. O poder é originário do povo e deve servir aos interesses do povo, representado pela assembléia. Assim o Estado de Rousseau é essencialmente democrático por considerar que a legitimidade e a autoridade do governo se originam na vontade do povo.

Rousseau considera a igualdade como o valor fundamental, pois não pode existir liberdade onde os homens não são iguais (GRUPPI, 1986). A igualdade a que ele se refere é a igualdade política, igualdade diante da lei, embora reconheça que existe uma desigualdade econômico-social que independe da igualdade formal. O pensamento de Rousseau teve grande influencia na Revolução Francesa, sobretudo em sua fase mais radical (1792-1795), e seus princípios democráticos ainda constituem a base do atual pensamento político ocidental.

Os fundamentos do atual Estado se encontram nas obras desses autores, citados nesta parte do capítulo I, considerados filósofos políticos clássicos; constituem a base do pensamento burguês. Apesar das diferenças, como por exemplo, o fato de Hobbes ser absolutista e Rousseau ser um defensor da democracia, não alteram a situação de que as ideias desses pensadores foram importantes para a consolidação do Estado na época moderna, base do Estado contemporâneo. Não é possível entender o pensamento político ocidental sem conhecer o pensamento de Maquiavel, Hobbes, Locke ou Rousseau.

## **1.2 O Estado no pensamento de Hegel**

O filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi um dos pensadores mais importantes do século XIX, tendo exercido grande influência sobre Karl Marx. É apontado como o principal nome do idealismo alemão, cuja crítica será vital para o desenvolvimento do materialismo dialético, de Marx e Engels.

O Estado em Hegel aparece como o espaço de realização da liberdade, sendo a esfera de defesa dos interesses universais. O pensamento hegeliano

estabelece a separação entre Estado e sociedade civil, onde a sociedade civil é a esfera das relações econômicas, dos indivíduos particulares, e o Estado é o espaço da universalização. Uma terceira esfera seria a da família, onde imperam as relações pessoais, numa escala mais estreita. No entanto, o Estado aparece como fundador da família e da sociedade civil, e não o contrário:

Quer dizer que, para Hegel, não há sociedade civil se não existir um Estado que a construa, que a componha e que integre suas partes: não existe povo se não existir Estado pois é o Estado que funda o povo e não o contrário. É o oposto da concepção democrática, segundo a qual a soberania é do povo, que a exprime no Estado, mas o fundamento da soberania fica sempre no povo. (GRUPPI, 1986, p.24).

O pensamento político de Hegel tem como pano de fundo o jusnaturalismo, que precedeu a época na qual ele viveu e escreveu. A concepção hegeliana de Estado é diferente das concepções dos contratualistas que o antecederam, sobretudo a concepção democrática, de Rousseau, que afirma a soberania do povo, de onde emana o poder do Estado. Hegel foi um crítico do jusnaturalismo, sobretudo sua ideia do estado de natureza, que era considerado pelo filósofo alemão a ausência de sociedade, mas não o ponto de partida para o estado de sociedade. Os contratualistas em geral consideravam a função primordial do Estado a defesa da liberdade individual e da propriedade privada. Na medida em que faziam dos interesses privados do indivíduo o conteúdo do Estado, os contratualistas confundiam, segundo Hegel, Estado e sociedade civil. Hegel subverte os conceitos do jusnaturalismo, dando luz à sua concepção de Estado:

Na verdade, o indivíduo sequer escolhe se participa ou não do Estado – é constituído como tal por ele. A relação entre os dois é, portanto, de outra natureza: substantiva e não formal, efetiva e não optativa. Somente como membro do Estado é que o indivíduo ascende à sua “objetividade, verdade, moralidade”. (WEFFORT, 1993, p.107).

Hegel reconhecia a existência de interesses conflitantes na sociedade civil, que era a zona das particularidades, dos interesses individuais. A

sociedade civil era permeada pela interdependência de indivíduos com interesses muitas vezes conflitantes (Hegel não vai escrever em termos de luta de classe). Fazendo um contraponto à sociedade civil estava o Estado, onde os interesses particularistas da mesma seriam superados. O Estado político é a esfera da unidade, em oposição à fragmentação da sociedade civil. Assim, na perspectiva de Hegel, o Estado não reflete as contradições da sociedade civil, sendo o cenário de superação dessas contradições:

O Estado não é, assim, expressão ou reflexo do antagonismo social, a própria demonstração prática de que a contradição é irreconciliável, como dirá mais tarde Engels, mas é esta divisão superada, a unidade recomposta e reconciliada consigo mesmo. A marca distintiva do Estado é esta unidade, que não é uma unidade qualquer, mas a unidade substancial que traz o indivíduo à sua realidade efetiva e corporifica a mais alta relação de liberdade (WEFFORT, 1993, p.106).

O Estado em Hegel é tudo, não existe nada fora do Estado. Mesmo a família ou a sociedade civil existem dentro do Estado. O Estado engloba a sociedade civil e a família, sendo o fundamento tanto de uma como da outra.

É na obra de Hegel que a sociedade civil aparece pela primeira vez como antítese do Estado (CORREIA, 2005), e é em Hegel que o termo sociedade civil ganha a conotação que será utilizada posteriormente por outros autores, como Marx, de espaço das relações econômicas. Nas concepções políticas anteriores à Hegel, a antítese do Estado era a família, na concepção grega, e o estado de natureza, na concepção jusnaturalista. A sociedade civil fazia então parte do Estado. É em Hegel que vemos pela primeira vez a dicotomia entre Estado e sociedade civil. Ele observou a existência de uma sociedade onde a particularidade, ou a vida privada, exercia uma função diferente da exercida na sociedade antiga:

[...] Hegel percebeu que o mundo moderno, ao contrário do mundo da Grécia clássica, caracterizava-se pela posição central que nele ocupa o reino da particularidade, ou, mais precisamente, pela emergência de uma esfera social desconhecida na Antiguidade. Sob a influência, sobretudo da célebre obra de Adam Ferguson, Hegel dá a essa nova esfera o nome de “sociedade civil” (ou *bürgerliche Gesellschaft*), que é para ele, o verdadeiro reino da particularidade. (COUTINHO, 1999, p.235.)

A concepção de história hegeliana afirma que o mundo é regido pela ideia universal, que dá razão e sentido ao mundo. Tal ideia universal conduz os homens em direção à liberdade, que é o objetivo do progresso humano. Hegel escreve a respeito da chamada liberdade subjetiva universal. Nesse contexto filosófico, a maior importância da particularidade, ou da sociedade civil faz parte das condições da liberdade subjetiva universal, que é marcante no mundo moderno. No entanto, Hegel não se limita a afirmar o papel positivo da sociedade civil e das individualidades na época moderna, ele busca conciliar essa liberdade individual com o ideal comunitário, ou seja, com a supremacia do interesse coletivo sobre o interesse particular.

O pensador alemão considerava que a repressão da particularidade não era compatível com o espírito da modernidade, ou seja, seria algo anacrônico. Desta forma, ele acreditava que a defesa das liberdades individuais era importante para o desenvolvimento das potencialidades humanas. Apesar disso, a sociedade civil não era suficiente para tal desenvolvimento, de modo que ele propõe a superação dialética da esfera das particularidades (sociedade civil) a partir de uma instância universalizadora que a englobasse e racionalizasse. Essa é a função do Estado em Hegel. O Estado é a superação dialética do problema exposto no pensamento de Hegel, no que se refere à existência de interesses particulares importantes, na sociedade, mas que estejam subordinados ao interesse geral da comunidade. O Estado não elimina as contradições presentes no interior da sociedade civil, contradições advindas da diversidade de interesses, mas atenua tais contradições por meio da subordinação da sociedade civil ao Estado (COUTINHO, 1999, p.237).

Para dar legitimidade à ideia de que o interesse público tem prioridade sobre o privado, Hegel criou o conceito de “moralidade objetiva”, também chamado de “ética”, por meio da qual os homens, vivendo em comunidade, criam valores e normas de conduta que regulam e orientam suas ações interativas, permitindo a vida em sociedade. O Estado em Hegel é a forma efetiva desta ética, ou desta moralidade objetiva.

O diálogo com a obra de Hegel foi muito importante para a evolução do pensamento de Karl Marx, pois o conceito hegeliano de sociedade civil será o

ponto de partida de Marx em sua análise da estrutura da sociedade. Os fundamentos da teoria social de Marx e seu conceito de sociedade civil serão elaborados a partir da crítica do idealismo hegeliano, uma vez que a teoria da realidade social de Marx se baseia nas condições materiais de existência (CORREIA, 2005, p.38).

O conhecimento das bases do pensamento político de Hegel é imprescindível para o entendimento do pensamento de Marx, sobre política e Estado, que é um dos focos do presente trabalho. Inicia-se, no capítulo seguinte, o estudo da concepção de Estado de Karl Heinrich Marx.

## **CAPÍTULO II**

### **CONCEPÇÃO DE ESTADO EM MARX**

#### **2.1 Dados biográficos e contexto histórico de Marx**

Para o estudo do pensamento de Karl Marx se faz necessário o conhecimento de sua época, o contexto histórico no qual ele produziu, e as circunstâncias nas quais ele viveu. O desenvolvimento do pensamento marxiano e sua obra estão intensamente ligados aos desdobramentos dos acontecimentos econômicos e políticos da virada do século XVIII para o XIX, a saber, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Tais acontecimentos abriram caminho para a ascensão social da burguesia, como classe dominante e para o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista (HOBBSAWM, 1989), objetos de estudo de Marx. Deste modo, o início deste capítulo traz uma breve exposição sobre a vida de Marx e sua época.

Karl Heinrich Marx, um dos maiores pensadores da humanidade, nasceu em Trier, na Alemanha, no dia 05 de maio de 1818. Na época a Alemanha não havia sido unificada e a região da Renânia, onde se localiza a cidade de Trier, fazia parte do reino da Prússia. Devido a sua localização, na fronteira com a França, a Renânia foi fortemente influenciada pelas idéias do iluminismo e da Revolução Francesa, fator importante que marcaria a infância e a educação de Marx.

O pai de Karl, Hirschel Marx, era de origem judia, descendendo de uma linhagem de rabinos. Ele seguiu carreira jurídica e, devido ao forte anti-semitismo da época que impunha restrições sociais e políticas aos judeus, optou pela assimilação. Hirschel adotou o nome germânico de Heinrich e se converteu ao cristianismo luterano, junto com toda a família. Este fato facilitou a ascensão profissional de Hirschel, que chegou a ocupar o cargo de Conselheiro de Justiça. Apesar do judaísmo ancestral da família e do recém confessado protestantismo, Karl cresceu em um ambiente intelectual laico, uma vez que seu pai recebeu grande influência do iluminismo francês e de suas idéias liberais sobre política, religião, etc. Essa circunstância forneceu a ele



uma vigorosa formação intelectual, que seria importante para o seu posterior desenvolvimento teórico.

Em 1835 Karl Marx iniciou o curso de Direito na Universidade de Bonn, com dezessete anos. No ano seguinte ele se transferiu para a universidade de Berlim. Na universidade o jovem Marx encontrou um ambiente cultural e intelectual agitado, onde o pensador mais influente era o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831). Hegel tinha sido professor da Universidade de Berlim até sua morte, em 1831, e havia deixado vários herdeiros intelectuais. Entre seus herdeiros havia os Jovens Hegelianos, um grupo de hegelianos pouco ortodoxo:

...uma parte dos seus seguidores – os Jovens Hegelianos – interpretava a doutrina no sentido do liberalismo e do regime constitucional democrático, podendo os fortes aspectos conservadores do sistema do mestre, em especial sua exaltação do Estado. (GORENDER, 1985, p.VIII)

Marx travou contato com os Jovens Hegelianos e suas idéias, direcionando seus estudos para a Filosofia. A influência de Hegel marcaria o pensamento de Karl Marx, não pelo idealismo, um de seus aspectos mais importantes, mas pela dialética. Segundo Marx escreveu em 1873, “a mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, em absoluto, que ele tenha sido o primeiro a apresentá-la, em sua forma geral de funcionamento, de maneira consciente e abrangente” (In WHEEN, 1999).

Sua filiação ao sistema de Hegel nunca foi completa e irrestrita, a concepção da ideia como norteadora da realidade nunca agradou a Marx. Em 1841 ele apresentou sua tese de doutorado em Filosofia, na Universidade de Jena. O tema de seu estudo foi a relação entre as filosofias de Demócrito e Epicuro, dois filósofos da Grécia Antiga. A tese foi aceita e Marx recebeu o grau de doutor (*Idem*). No entanto, ele não seguiu carreira acadêmica. Seu círculo de amizades e suas idéias o tornavam uma *persona non grata* nas universidades alemãs, já que Bruno Bauer (um dos Jovens Hegelianos) fora expulso da Universidade de Bonn, onde lecionava Teologia, acusado de ateísmo, e Marx era considerado seu seguidor. Com as portas das universidades fechadas para ele, Marx ingressou no jornalismo em 1842,

escrevendo artigos para o *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), jornal da província de Colônia, do qual Marx seria redator-chefe. As atividades políticas de Marx lhe renderiam perseguições ao longo de toda a sua vida. Em 1843 o *Rheinische Zeitung* foi fechado devido a críticas ao governo prussiano. Marx seguiu para Paris onde assumiu a direção de outro jornal, os *Anais Franco Alemães*. Ao longo de sua vida, Marx trabalharia em diversos jornais de esquerda e se relacionaria com diversos partidos e sociedades secretas de trabalhadores, empenhados na luta política do proletariado. Ainda em 1843 Marx se casou com Jenny Von Westphalen, de origem aristocrática, filha de um barão prussiano.

Outro filósofo importante na trajetória intelectual de Marx foi Ludwig Feuerbach (1804-1872). Em 1841 foi publicada a principal obra de Feuerbach, *A Essência do Cristianismo*, onde ele faz uma crítica aberta ao sistema hegeliano. Feuerbach se colocava como um filósofo materialista, e foi importante na transição de Marx ao materialismo. Outra obra importante de Feuerbach veio a público em 1843, intitulada *Teses introdutórias à reforma da filosofia*, onde o filósofo faz a crítica da filosofia clássica alemã e apresenta as bases de seu materialismo. Nas palavras de Francis Wheen, biógrafo de Marx:

Feuerbach, ex-discípulo de Hegel, já percorrera um longo caminho desde o idealismo de seu mentor até o materialismo (seu aforismo mais memorável, que ainda hoje pode ser encontrado em dicionários de citações, dizia: “O homem é o que ele come”); mas era um materialismo estudadamente cerebral, sem relação com as condições sociais e econômicas de sua época ou lugar (1999, p.57).

Marx levaria a lógica materialista a proporções maiores do que as de Feuerbach. Ele usaria o materialismo para estudar não só o abstrato, mas as questões concretas da realidade. Daí deriva sua concepção de sociedade, Estado e política. “A incursão de Marx no jornalismo havia-o convencido de que os filósofos radicais não deviam passar a vida no alto de uma torre elevada, como os antigos anacoretas gregos; deviam descer e se engajar no aqui e agora” (Idem, *Ibidem*). Assim, Marx assumiu postura crítica em relação ao pensamento de Feuerbach, superando seu materialismo por meio da dialética de Hegel. Nas palavras de Jacob Gorender:

Ao contrário de Feuerbach, que via na dialética hegeliana apenas fonte de especulação mistificadora, Marx intuiu que essa dialética devia ser o princípio dinâmico do materialismo, o que viria a resultar na concepção revolucionária do materialismo como filosofia da prática. (1885, p. IX).

É evidente que no início dos anos 1840, Marx ainda não havia desenvolvido plenamente o Materialismo Histórico, nem tinha noção das estruturas econômicas que serviam de base ao todo social (estruturas que seriam profundamente analisadas por ele no futuro), porém, os princípios fundamentais de seu pensamento já podem ser vistos em ensaios como *Introdução à crítica à Filosofia do Direito de Hegel* e *A Questão Judaica*. Esses textos marcam a virada de Marx em direção ao comunismo. Apesar da forte influência de Hegel e Feuerbach, dois elementos novos aparecem na obra de Karl Marx: “a ideia do comunismo e do papel do proletariado na luta de classes” (GORENDER, 1985, p. XI).

Ainda em Paris Marx escreveu uma série de textos sobre temas de economia e filosofia. Os manuscritos de Paris, como ficaram conhecidos, foram escritos em 1844 e nunca foram publicados enquanto seu autor estava vivo, vindo a público apenas em 1932, na União Soviética. Tais textos fazem uma crítica ao idealismo e refletem a influência de Feuerbach. Apesar disto, Marx reteve de Hegel o princípio da dialética, fundamental na elaboração do método marxiano.

É desta época o início da amizade de Marx com Friedrich Engels (1820-1895), que duraria toda sua vida. Filho de um industrial alemão, Engels trabalhou na administração das empresas da família durante boa parte de sua vida, apesar de sua militância em prol da classe trabalhadora. Seu trabalho nas fábricas permitiu que ele tivesse um contato real com o proletariado, de modo a escrever *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em 1845. Este livro traz dados significativos sobre a situação de miséria e exploração na qual vivia o proletariado inglês nas primeiras décadas da Revolução Industrial. Engels foi o principal colaborador de Marx durante toda a vida deste, sendo co-autor de alguns de seus livros e ajudando inclusive no sustento de sua família, que enfrentava freqüentemente graves problemas financeiros.

O primeiro livro no qual Marx e Engels aparecem como co-autores é *A Sagrada Família*, escrito em 1844 e publicado em 1845. A sagrada família em questão são os três irmãos ex-colaboradores de Marx, Bruno, Edgar e Egbert Bauer, Jovens Hegelianos. O livro é uma crítica à esquerda radical alemã, representada pelos Bauer. Outro importante livro escrito por Marx e Engels é *A Ideologia Alemã*, iniciado em Paris mas finalizado na Bélgica, onde Marx se refugiou depois de ter sido expulso da França por pressão do governo prussiano. Concluído em 1846 o livro não encontrou um editor que o publicasse, sendo publicado apenas em 1932 na União Soviética, a exemplo dos manuscritos de Paris. Além das costumeiras críticas à clássica filosofia alemã, o livro traz a primeira formulação do que seria o materialismo histórico. A concepção de história de Marx e Engels é apresentada pela primeira vez, fazendo desta obra um divisor de águas:

Apesar das superfluidades, contudo, *A Ideologia Alemã* é uma exposição sumamente reveladora do que o Marx de vinte e sete anos havia aprendido em suas aventuras filosóficas e políticas. Havendo rejeitado Deus, Hegel e Feuerbach, em rápida sucessão, ele e Engels estavam prontos para revelar seu próprio projeto de teoria prática ou prática teórica – geralmente conhecido como materialismo histórico. (WHEEN, 1999, p.94).

O livro é considerado por muitos uma das obras mais importantes de Marx, pela exposição que faz do Socialismo e do Materialismo Histórico, mas o próprio Marx enxergava os limites da obra. Ainda segundo Francis Wheen (Idem, p.95) Marx e Engels abandonaram o manuscrito de *A Ideologia Alemã* à crítica corrosiva dos ratos, uma vez que o maior objetivo deles havia sido alcançado, isto é, o auto-esclarecimento a respeito de sua teoria.

Nos anos seguintes Marx se envolveu em uma polêmica com o filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Em sua obra *Filosofia da Miséria*, publicada em 1846, Proudhon fez críticas a luta dos operários por objetivos políticos e melhores salários. A base do pensamento de Proudhon, de orientação anarquista, era o hegelianismo, tendência que havia perdido força na Alemanha nos últimos anos. A resposta de Marx veio no ano seguinte, com o livro *Miséria da Filosofia*, escrito em francês. Nesta obra Marx faz uma crítica

ao socialismo utópico e além da polêmica com Proudhon, Marx faz algumas observações sobre economia e filosofia que expõem sua concepção de História e sociedade. Uma vez que *A Ideologia Alemã* não foi publicada, a *Miséria da Filosofia* foi a primeira obra de Marx a apresentar o Materialismo Histórico. Nesse sentido, *Miséria da Filosofia* representou uma virada significativa na produção teórica de Karl Marx, apresentando uma exposição mais detalhada e precisa do Materialismo Histórico do que na *Ideologia Alemã*.

No período em que estava em Bruxelas Marx ingressou, juntamente com Engels, em uma organização de comunistas emigrados da Alemanha, chamada Liga dos Comunistas. Nos últimos anos da década de 1840 havia na Europa um clima de instabilidade política e indícios de que uma onda revolucionária estava prestes a eclodir na Europa Ocidental. Assim, a Liga dos Comunistas incumbiu Marx e Engels de redigirem um manifesto que apresentasse os princípios socialistas dos trabalhadores e seus principais objetivos. Eles aceitaram de bom grado a incumbência e em 1848 foi publicado o *Manifesto do Partido Comunista*, um dos panfletos políticos mais influentes de todos os tempos. Devido a sua exposição da luta de classes e dos princípios norteadores da prática política dos trabalhadores, o texto do *Manifesto do Partido Comunista* (que seria traduzido para vários idiomas) tornou-se um marco na história do movimento proletário mundial.

Os levantes revolucionários de 1848 fizeram o governo prussiano ceder em algumas reivindicações dos trabalhadores como a elaboração de uma constituição e o funcionamento de um parlamento em Frankfurt. Por conta disso, Marx e Engels voltaram a sua pátria para participar da luta política. Em Colônia Marx fundou o *Neue Rheinische Zeitung* (nova gazeta renana), jornal que também dirigiu. No entanto, a perseguição o fez fugir da Alemanha mais uma vez em 1849, e depois de rápidas passagens pela França e pela Bélgica, Marx se mudou com toda a sua família para o exílio em Londres em 1850, cidade que seria seu lar até sua morte em 1883.

Os acontecimentos de 1848-49 foram analisados por Marx em duas obras historiográficas, *A Luta de Classes em França* e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, publicados em 1850 e 1852 respectivamente. Estas obras mostram o Materialismo Histórico na prática, sendo usado na análise dos

acontecimentos da França nos fins da década de 1840. A teoria da luta de classes fornece a base para a interpretação dos fatos estudados por Marx nestes livros.

Em Londres Marx iniciaria um projeto que levaria quase duas décadas para ficar pronto, e que resultaria na publicação de sua obra prima, *O Capital*, publicado em 1867. Em nenhum momento Marx havia perdido de vista a necessidade da crítica da economia política, e de uma análise profunda da sociedade burguesa. Neste sentido Marx iniciou seus estudos sobre a economia clássica inglesa visando a elaboração de *O Capital*. Nas palavras de Jacob Goreneder:

Com uma paixão obsessiva, entregou-se à tarefa que se tornaria a mais obsorvente de sua vida: a de elaborar a crítica da Economia Política enquanto ciência mediada pela ideologia burguesa e apresentar uma teoria econômica alternativa, a partir das conquistas científicas dos economistas clássicos. (1985, p.XVII).

Para este objetivo a residência em Londres ajudaria muito, uma vez que a Inglaterra era o país pioneiro da Revolução Industrial, possuindo o capitalismo mais avançado, sendo por isso o melhor ponto de observação do funcionamento do capitalismo mundial. Além disso, na Inglaterra a burguesia já estava consolidada como classe dominante não apenas em termos econômicos, mas também em termos políticos desde as revoluções liberais do século XVII, quando a burguesia inglesa submeteu a aristocracia, transformando a monarquia absolutista em uma monarquia parlamentar de caráter democrático-liberal. Outro fator importante a ser observado era a existência do *British Museum* (museu britânico), do qual Marx era freqüentador assíduo e onde havia um riquíssimo acervo bibliográfico que foi extremamente útil aos estudos do mesmo.

Por outro lado, as primeiras décadas em Londres foram materialmente difíceis para Karl Marx e sua família, devido a sérios problemas de saúde e principalmente problemas financeiros. Mais uma vez o companheirismo de Engels foi vital para Marx, não só para sua produção teórica mas também para sua própria sobrevivência. Engels fixou residência em Manchester, onde passou a gerir os negócios de seu pai, e passou a suprir como podia as

necessidades materiais da família de seu amigo. Engels considerava que seria mais útil ao movimento dos trabalhadores se desse a Marx as condições necessárias para seus estudos e para a elaboração de uma teoria revolucionária para a classe trabalhadora do que se apenas se dedicasse aos seus próprios estudos.

Apesar das dificuldades, Marx sempre esteve envolvido de alguma forma na luta política dos trabalhadores:

Marx não era um revolucionário de gabinete, que se satisfizesse em dizer aos outros o que fazer e por que fazê-lo. Não, ele fazia o que dizia. E como suas palavras não eram apenas uma explicação do mundo, mas também um instrumento para modificar o mundo, ele mesmo, como revolucionário sincero, tinha de participar da luta, e participou. (HUBERMAN, 1986, p.207).

Em 1864 ele ingressou na Associação Internacional dos Trabalhadores, que ficaria conhecida como Primeira Internacional. Seu envolvimento com a Internacional duraria até 1873, ano de sua saída do Conselho Geral da Internacional. A partir daí, sem a capacidade intelectual e de liderança de Marx, a Internacional entraria em um período de declínio até sua desintegração.

A publicação de *O Capital, crítica da economia política* se deu em 1867, originalmente em alemão. A obra é composta de três volumes, sendo os dois últimos publicados após a morte de Marx, tendo sido organizados por Engels, a partir de escritos de Marx elaborados entre a publicação do primeiro volume e sua morte em 1883. *O Capital* é a parte mais importante da obra de Marx, condensando o resultado de mais de duas décadas de estudos, tendo sido escrito em sua maturidade. Nesta obra Marx faz a crítica da economia política clássica (nomes como David Ricardo e Adam Smith), desenvolvendo e superando algumas de suas concepções mais importantes. A análise que Marx faz do capitalismo em seus diversos aspectos fornece à classe trabalhadora uma poderosa ferramenta de análise que orienta a ação política, no sentido de luta pela superação da sociabilidade do capital. Apesar de haver transcorrido mais de um século desde sua publicação, *O Capital* continua sendo um instrumento fundamental para análise do modo de produção capitalista.

A obra de Marx surge em um momento histórico determinado, o século XIX, e também em um ponto geográfico determinado, a Europa ocidental. É na virada do século XVIII para o século XIX que a sociedade burguesa alcança o seu ápice, fruto de uma série de transformações econômicas, sociais e políticas, levadas a cabo pelo desenvolvimento do capital. A Revolução Francesa, iniciada em 1789, e a Revolução Industrial, que começou em meados do século XVIII na Inglaterra, foram decisivas para essas transformações. Assim, a sociedade atingiu um grau de maturidade que permitia que ela fosse diferenciada da natureza, ficando clara a distinção entre ser social e ser natural. O ser social podia assim ser plenamente conhecido e estudado, como algo que é produzido pela ação dos homens concretos, não de forças transcendentais ou meramente naturais. É a partir daí que surge a teoria social de Marx. Sobre as condições para o surgimento do pensamento marxiano, José Paulo Netto escreve:

Somente a partir da quarta década do século XIX puseram-se as condições para a constituição dessa nova ontologia. Condições histórico-sociais: a consolidação da ordem burguesa e a explicitação das suas possibilidades mais substantivas. E condições teórico-culturais: as bases ideais desenvolvidas e articuladas para uma apreensão da historicidade dessa ordem (1994, p.33).

Ainda segundo Netto (Idem), tal contexto resultou em um quadro de dupla crise: uma crise histórico-social, da qual resultará a emergência do proletariado como novo sujeito histórico (classe para si) e uma crise teórico-cultural, da qual emergiram as duas principais matrizes teóricas da atualidade; a obra marxiana e o par *racionalismo analítico-formal/irracionalismo moderno*. A obra marxiana traz uma crítica radical à sociedade burguesa sustentada pela perspectiva de classe, e é resultado de um longo processo de pesquisa teórica de quase três décadas, através das quais Marx fez uma análise do que havia de mais avançado na época, a nível de estudos da sociedade e do homem, a saber a filosofia alemã, a economia política clássica e os socialistas utópicos franceses.

Karl Marx morreu em Londres, no dia 14 de março de 1883, em sua casa. Onze pessoas compareceram ao seu funeral, no dia 17 de março. Em



seu discurso, proferido no cemitério de *Highgate*, na ocasião do enterro de Marx, Engels disse que seu nome e sua obra permaneceriam pelos séculos afora. De fato, Marx é um dos pensadores mais influentes da História contemporânea, tendo influenciado alguns dos acontecimentos mais importantes do século XX, sendo sua obra o principal referencial teórico para a luta dos trabalhadores no mundo inteiro.

## **2.2. Pressupostos da teoria social de Marx**

Quando se fala em método marxiano não se deve pensar em uma série de procedimentos e regras que devem ser seguidos na elaboração de uma pesquisa, no sentido de algo rigorosamente fechado e acabado, como uma receita, mas nos fundamentos gerais que norteiam o processo de produção de conhecimento. Não se pretende, neste espaço, fazer uma análise detalhada do método de Karl Marx, mas traçar suas linhas gerais e seus princípios fundamentais.

Neste trabalho foi usado o termo *marxiano* em referência à produção do próprio Marx, e o termo *marxista* para designar o conjunto da tradição herdeira do legado científico filosófico de Marx (NETTO, 1986).

Um dos pontos essenciais do pensamento de Marx é a dependência que o homem possui em relação à natureza, entendida como mundo natural, sem a interferência humana (MARX, 1985). Segundo Lessa e Tonet (2008) “O ÚNICO PRESSUPOSTO do pensamento de Marx é o fato de que os homens, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza” (p.17). A condição para a existência do homem é a transformação constante da natureza. Assim há uma dependência ineliminável do ser humano em relação ao mundo natural, embora isso não signifique que na sociedade, ou no mundo dos homens, existam as mesmas leis e processos que existem na natureza. Embora a reprodução biológica seja necessária para o surgimento dos homens e da sociedade, esta não está apenas condicionada por fatores biológicos (naturais), mas por fatores que são criados pelo homem, fatores sociais.

De acordo com o pensamento de Marx, é através do trabalho que o homem se diferencia da natureza, tornando-se um ser social. O Trabalho é intercâmbio orgânico do homem com a natureza. É um processo através do qual o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 1985). Dessa forma, é fruto da ação do homem sobre a matéria natural. Em *O Capital*, no capítulo V, Marx trata do processo de trabalho e de valorização. No entanto, ele considera o trabalho em abstrato, desconsiderando suas formas históricas, apenas como processo entre homem e natureza. Nas palavras de Marx:

Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (1985, p.149).

A transformação da natureza aparece como algo imprescindível para a sobrevivência humana. Por meio do trabalho o homem busca apropriar-se da matéria natural de maneira a suprir suas necessidades de subsistência. Através da transformação da natureza o homem produz os meios de produção e de subsistência da espécie. Nesse processo ele transforma não apenas a natureza, mas também a si mesmo. Na medida em que o homem transforma a natureza ele se transforma, pois surgem novas habilidades, novos conhecimentos e novas possibilidades. Nesse processo o homem age sobre o objeto de trabalho (a natureza dada), produz matérias-primas (natureza transformada, como os minerais já extraídos do solo, ou a madeira derrubada) e os meios de trabalho (os instrumentos de trabalho, o que se interpõe entre o homem e a natureza no processo de trabalho). Essa transformação da natureza é mediada pela consciência, é um processo que surge na mente humana, antes de ser objetivado. Isso torna o trabalho algo distinto das atividades dos animais:

Marx entende por trabalho um tipo de atividade muito diferente daquela que podemos encontrar nas abelhas ou nas formigas. Nessas, a organização das atividades e sua execução são

determinadas geneticamente e, por isso, não servem de fundamento para o desenvolvimento desses insetos. Por séculos, as abelhas e as formigas produzirão, exatamente, da mesma forma, o que produzem hoje. (LESSA & TONET, 2008, p.18).

Já no mundo dos homens as atividades não são determinadas geneticamente. O trabalho envolve teleologia, ou seja, o homem planeja sua ação, ele prevê na mente o resultado de sua intervenção na natureza. Sobre esse tema, Marx é bastante claro:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (1985, p.149-150).

Pode-se perceber claramente por que o trabalho funda o mundo dos homens. Ele é uma forma exclusivamente humana de transformar a natureza. Por meio dele o homem se transforma, cria novas possibilidades, novas situações e novas relações sociais. O ser social é radicalmente distinto da natureza, representa outra categoria ontológica. Na sociedade, sua essência não é ontologicamente dada, mas posta pelos homens, e posta através do processo de trabalho. Por conta disso, podemos afirmar que o surgimento do homem foi um verdadeiro salto ontológico. Foi uma verdadeira ruptura com os processos naturais anteriores. A partir daí, surge a reprodução social, categoria ontologicamente distinta da reprodução natural. Sobre o surgimento do ser social, Netto escreve:

Para Marx, o gênero humano resulta de um salto na dinâmica da natureza (inorgânica e orgânica), que sofreu uma inflexão substantivo-estrutural quando se instaurou o ser social: este foi colocado pelo *processo do trabalho* (trabalho entendido no sentido do inglês *work*, não *labour*). [...] É o *pôr teleológico* do trabalho que instaura o ser social, cuja existência e desenvolvimento supõem a natureza e o incessante intercâmbio com ela – mas cuja estrutura é diversa dela e dela tende a afastar-se progressivamente, mercê de uma crescente e cada vez mais autônoma complexidade (1994, p.35).

No pensamento marxiano o trabalho é a categoria que funda o ser social, por isso é preciso entender a categoria trabalho para que se compreenda o método de Marx. O trabalho possui a centralidade no mundo dos homens. Não há sociedade sem trabalho, já que ele é a condição eterna de toda e qualquer sociabilidade, uma vez que o trabalho produz as riquezas e os meios de vida de todas as formações sociais.

A partir daí se expressa o materialismo de Marx, o materialismo histórico dialético. O materialismo se caracteriza, originalmente, pela primazia da matéria em relação à ideia. Seu antagonista é o idealismo, que afirma a primazia da ideia em relação à matéria. O materialismo surgiu na Grécia Antiga, com os filósofos conhecidos como físicos, embora seu desenvolvimento tenha se dado apenas no século XVIII, na Europa. O pressuposto básico do pensamento materialista original é o de que tudo é matéria, inclusive as ideias. Uma expressão materialista clássica é a que diz que o cérebro segrega as ideias do mesmo modo que o fígado segrega a biliar. O materialismo buscava explicar tudo a partir de um suposto desenvolvimento natural da matéria:

O materialismo não apreende o papel das ideias no desenvolvimento histórico. Para ele, a história se reduz a um movimento mecânico férreo de leis que se impõem de forma inevitável aos seres humanos. As leis da sociedade seriam as mesmas leis da natureza e, tal como a lei da gravitação universal, seriam imutáveis e universais. (LESSA & TONET, 2008, p.37).

Porém, as leis da sociedade não podem ser explicadas a partir dos mesmos princípios da Física, da Química e das diversas ciências naturais, de modo que esse materialismo, conhecido como materialismo mecanicista, mostrou-se débil e incapaz de explicar o desenvolvimento do mundo dos homens.

O materialismo histórico-dialético, cujos princípios foram elaborados por Karl Marx, busca superar as debilidades do materialismo mecanicista. Isso foi possível devido ao exame da sociedade capitalista após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Como vimos na parte I, apenas com as mudanças na sociedade, decorrentes destes dois acontecimentos históricos, foi possível o

pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista e da sociedade (ser social).

O pensamento de Marx é materialista, porém não mais o materialismo mecanicista do século XVIII. Marx percebe a importância das idéias no desenvolvimento do ser humano, porém ele não superestima essa importância:

Para Marx, o mundo dos homens nem é pura ideia nem é pura matéria, mas sim uma síntese de ideia e matéria que apenas poderia existir a partir da transformação da realidade (portanto, é material) conforme um projeto previamente ideado na consciência (portanto, possui um momento ideal). (Idem, p.43).

As idéias fazem parte do real, ou seja, a consciência é tão importante quanto a causalidade (esfera objetiva da realidade). O materialismo mecanicista desconsidera o papel das idéias na história, mas o materialismo marxiano reconhece a importância das idéias para orientar as ações concretas dos homens. Assim, o mundo dos homens é a síntese entre as idéias e a materialidade natural. A prévia-ideação, que é a antecipação na consciência do provável resultado de cada ação do homem sobre a matéria natural, orienta as ações do homem sobre a natureza e a síntese entre estas duas esferas (a ideal e a material) gera uma nova causalidade; o mundo dos homens. Esta síntese é realizada pelo trabalho. No entanto, não se pode esquecer, ou ignorar o fato de que a matéria é anterior à ideia. A natureza existia antes dos homens e a matéria antes da consciência. A consequência disto, na sociedade, é que são as determinações materiais que condicionam o desenvolvimento das idéias. Nas palavras do próprio Marx:

A produção das idéias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. (MARX & ENGELS, 2009, p.31).

De acordo com o pensamento marxiano, o homem é agente de sua história, é ele quem cria ou transforma o mundo natural e social, por meio do trabalho. A realidade não é fruto da ação de alguma força transcendental não histórica. Segundo Martins:

Graças a essa perspectiva humanista, a essa crença de que é a atividade do homem que produz a realidade à sua volta em suas inúmeras nuances e a si mesmo em todas as suas dimensões, pode-se compreender o mundo como fruto de uma ação concreta, de um processo material. (2008, p.28)

No entanto, o homem não age na história de acordo com sua livre vontade. Existem condições materiais que ele não escolhe, e que limitam sua ação. Assim, o homem faz história, mas dentro de certos limites materiais que não dependem de sua vontade e que condicionam a sua ação. Tais condições podem ser tanto naturais (limites físicos, químicos, biológicos, etc.) como condições materiais do próprio mundo dos homens, tais como o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais existentes. Ainda segundo Martins, a ação do homem se faz na “concretude e complexidade de um sistema de relações sociais produtor e reproduzidor da vida.” (Idem, p.31). Tal homem age em circunstâncias históricas herdadas que ele ajuda a construir e transformar. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels fazem a crítica à filosofia clássica alemã, ao passo em que fazem uma exposição de sua concepção materialista da história. Sobre o materialismo histórico, eles dizem:

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida. (2009, p.31).

Segundo Marx e Engels, a moral, a religião e a metafísica correspondem a determinadas formas de produção da riqueza material e relações sociais. Os homens desenvolvem a produção material e o intercâmbio material e, ao mudarem a realidade concreta, mudam também seu pensamento e os produtos de seu pensamento. “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX & ENGELS, 2009, p.32).

No estudo da sociedade Marx seguiu estes princípios, chegando a conclusão de que o momento determinante da sociedade é o momento da

produção material. No famoso *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*, escrito em 1859, ele escreve sobre suas pesquisas e descobertas:

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de “sociedade civil”, e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. (MARX, 1982, p.301)

Os pressupostos da teoria social de Marx não são arbitrários, são empiricamente verificáveis e são resultado da observação e da pesquisa. Para ele, a base material da sociedade, a sociedade civil é a estrutura sobre a qual se ergue a superestrutura moral, política e jurídica, que dá respaldo à estrutura. Nas palavras de Marx:

...na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência. (Idem, *Ibidem*).

Marx reafirma o que foi dito em *A Ideologia Alemã*, quando escreve que a consciência é determinada pelo ser social, não o contrário. No entanto, o pensamento de Marx não é economicista, ou determinista. As idéias não são um mero reflexo da vida material, a política não é um mero reflexo da economia. Reconhecer a anterioridade da matéria em relação à ideia é reconhecer um estatuto ontológico. As idéias possuem sua importância e certo grau de relativa autonomia, mas elas são fundadas, não são fundante. São as determinações materiais que constituem o momento determinante no mundo dos homens, uma vez que a vida social determina a consciência. Escrevendo sobre esse assunto, Friedrich Engels disse o seguinte:

Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, em *última instância*, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. (...) A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura (...) exercem igualmente uma ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua *forma*. (In MARTINS, 2008, p.60).

Assim, Marx e Engels evitaram o determinismo econômico, afirmando a importância das idéias no desenvolvimento do todo social. Outro ponto importante a ser ressaltado no materialismo marxiano é seu comprometimento com a revolução proletária, isto é, seu anticapitalismo. Segundo Martins (2008) os esforços teóricos de Marx e Engels resultaram em uma verdadeira “filosofia da transformação”, crítica aos determinismos, às abstrações idealistas, aos conservadorismos, sendo voltada para a compreensão da realidade, esta sendo, condição para a transformação social.

### **2.3. Sobre o Estado em Marx**

É iniciado agora o estudo da concepção marxiana de Estado, um dos objetivos desta dissertação. Com Marx se inicia uma nova forma de ver o Estado e a política, a partir de uma concepção que representa uma ruptura com todo o pensamento político ocidental.

O legado intelectual de Marx deu origem ao marxismo. Chamamos de marxismo o conjunto da produção teórica dos autores que são herdeiros do legado intelectual de Karl Marx, e que produzem segundo os princípios do materialismo histórico-dialético (NETTO, 1994). Já o termo marxiano é utilizado neste trabalho em relação ao pensamento e aos escritos do próprio Marx. A visão da tradição marxista a respeito do Estado é radicalmente distinta da visão liberal. O marxismo traz uma visão crítica do Estado, que é uma crítica da democracia burguesa e do liberalismo, com seus valores e fundamentos.

Não há nenhuma obra de Marx na qual ele tenha se dedicado exclusivamente a estudar o Estado, de modo que se pode afirmar que o filósofo alemão não fez nenhum estudo sistemático a respeito do tema, embora tal estudo estivesse em seus planos (CODATO E PERISSINOTTO, 2001). Apesar disso, em seus



textos existem elementos suficientes para que se perceba que ele tinha uma concepção de Estado que está expressa em diversas de suas obras. Assim é possível encontrar nos escritos de Marx sua concepção de Estado.

Na teoria social marxiana o todo social possui uma estrutura e uma superestrutura. A estrutura é a base material da sociedade, composta pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Marx chamava a estrutura de sociedade civil, onde estão as classes sociais fundamentais, no caso do modo de produção capitalista, o proletariado e a burguesia, e as relações entre ambas (MARX, 1982). A superestrutura seria o complexo ideológico, formado pela política, pelo Direito e pelos valores que dão legitimidade às relações que acontecem no âmbito da estrutura. O Estado aparece então, na superestrutura.

A sociedade civil, em Marx, é formada pelo conjunto das relações de produção que constituem a base material da sociedade.

A sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nessa medida, transcende o Estado e a nação. (MARX E ENGELS, 2009, p.110).

É na sociedade civil que nasce a luta de classes, caracterizada no capitalismo, pelo antagonismo entre burguesia e proletariado, representando a disputa entre capital e trabalho. Por conta disso, a sociedade civil é marcada pelos conflitos de interesses das duas classes. Para Marx, as formas de Estado e as relações jurídicas se baseiam nas condições materiais de vida (1982), derivando das relações travadas na estrutura da sociedade. O Estado não tem uma existência independente, desligada da base material da sociedade, mas ao contrário, existindo em função dela. Não é o Estado que funda a sociedade civil, mas a sociedade civil que explica o surgimento do Estado, seu caráter e a natureza de suas leis (GRUPPI, 1986).

O Estado, no pensamento marxiano, existe devido aos conflitos de classe que existem na sociedade civil. Ele é o Estado da classe dominante, existindo para garantir os privilégios dos exploradores sobre os explorados. No *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em parceria com Engels em 1848, está escrito que o Estado moderno é o comitê executivo dos negócios da burguesia (1998). Essa concepção que Marx possuía de Estado é um conceito geral. No

entanto, o Estado é uma instituição complexa que pode atuar de maneiras diferentes na tentativa de alcançar seu objetivo, apesar de, em linhas gerais, a obra marxiana apontar o Estado essencialmente como coerção (TONET, 1995), como dominação de classe.

Friedrich Engels, amigo e principal colaborador de Marx durante toda a sua trajetória intelectual e política, escreveu um livro onde ele trata da gênese e da função do Estado, chamado *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de 1894. O estudo de Engels sobre as sociedades primitivas teve como base a pesquisa do antropólogo americano Lewis Henry Morgan (1818-1881), que escreveu *A sociedade antiga*, livro que estuda a vida tribal dos índios iroqueses. Assim ele se baseou nas conclusões de Morgan e em textos de Marx, pra fundamentar sua análise do surgimento da propriedade privada e do Estado.

Segundo Engels (1995) o Estado não existiu desde sempre, existiram diversas sociedades que prescindiram dessa instituição. O Estado torna-se necessário a partir de certo grau de desenvolvimento econômico, quando a propriedade privada gera as desigualdades sociais e surgem as classes sociais. Com as classes surge a luta de classes, e a necessidade do Estado para proteger a classe economicamente dominante. A classe que detém os meios de produção institucionaliza, através do Estado, seu controle econômico, por meio de instituições políticas e jurídicas.

Na visão de Engels o Estado é um Estado de classe, assim como na visão de Marx. É o Estado da classe economicamente dominante, instrumento de dominação política de uma classe sobre a outra, nascido com a necessidade de refrear os antagonismos de classes, sendo fruto desses conflitos. O Estado impede que os antagonismos de classe destruam a sociedade em uma luta estéril, entre proprietários e não proprietários. Ele aparenta estar acima da sociedade, fora dela, e atua no sentido de amenizar os conflitos de classe e manter a ordem. No entanto, ele nasce da própria sociedade, sendo na concepção de Engels, o momento de equilíbrio jurídico e político da sociedade, o mediador:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realização da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição e com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar, Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais é o Estado (ENGELS, 1995, p.191).

O conceito de Estado de Engels é compatível com o conceito marxiano, ambos estiveram muito próximos durante toda a vida, produzindo juntos e estando em consonância em diversos aspectos. Além disso, o texto de *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, escrito mais de uma década após a morte de Marx, foi produzido a partir de anotações e estudos do próprio Marx, de modo que é possível identificar no conceito de Engels uma grande influência do pensamento de Marx.

Outro ilustre comentador da obra de Marx foi Lênin (1879-1924). Em seu livro *O Estado e a Revolução*, escrito em meados de 1917, ele escreve sobre a natureza e a função do Estado, e seu papel em uma revolução socialista. O livro é cheio de citações de Marx e Engels, que são os teóricos que fundamentam o conceito de Estado de Lênin. Em suas palavras:

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (2007, p.25).

Para Lênin, um dos grandes marxistas do século XX e líder da revolução bolchevique que aconteceu na Rússia em 1917, Marx via o Estado como instrumento de dominação de classe, sendo uma instituição que dá respaldo legal para a exploração, e atenua os impactos da luta de classes (Idem).

Segundo Carlos Nelson Coutinho (1996) Marx possuía uma concepção restrita de Estado, durante sua juventude. Tal concepção é caracterizada pela ideia de que o Estado é um *Estado de classe*, que em nome de um suposto interesse geral defende os interesses comuns de uma classe particular. Essa concepção restrita posteriormente influenciou pensadores como Lênin e Trotsky. A teoria restrita do Estado trazia em seu bojo uma concepção explosiva de revolução, vista como um evento brusco e radical. Ainda segundo Coutinho, nas obras da maturidade de Marx e também de Engels, a concepção restrita de Estado perdeu espaço, em decorrência de uma maior complexificação da sociedade, da evolução teórica de ambos e das lutas políticas que se foram desenvolvendo ao longo do século XIX.

É evidente que a obra de Marx deve ser lida dentro de seu contexto histórico, observando a época em que cada texto foi escrito e a evolução do pensamento do autor. No entanto, no que se refere à sua concepção de Estado, entendemos que as bases lançadas durante a juventude de Marx nos textos dos anos 1840, depois do desenvolvimento do materialismo histórico-dialético, não foram alteradas, de modo que não há duas concepções diferentes de Estado nas obras de Marx. Não houve o abandono da concepção de Estado de classe, por parte do velho Marx, mas sim um aprofundamento de sua concepção do papel e da ação do Estado no modo de produção capitalista.

Começaremos nossa análise da concepção marxiana de Estado com um texto escrito por Marx em 1844, *Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma Social. De um prussiano*. Tal obra é muito importante para o tema em questão, pois nela Marx apresenta as bases de seu pensamento sobre o Estado e sobre política, a relação entre Estado e sociedade civil e a tese, altamente radical, do ponto de vista do pensamento político ocidental, da abolição do Estado.

O texto *Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano* foi escrito por Karl Marx em agosto de 1844. Seu objetivo era, como indica o título, criticar o artigo de Arnold Ruge, que se identificava como “um prussiano”, intitulado *O rei da Prússia e a reforma social*. O artigo de Ruge foi publicado pelo jornal alemão *Vorwärts!* na edição de número 60, e o de Marx foi publicado pelo mesmo jornal nas edições 63 e 64.

O fato que deu origem ao artigo de Ruge foi a repressão do rei da Prússia à revolta dos trabalhadores da Silésia, ocorrida em junho de 1844. Os tecelões silesianos tinham se revoltado contra os baixos salários e as duras condições de trabalho, destruindo máquinas, livros comerciais e títulos de propriedade. Tal revolta foi “um primeiro gesto público de revolta do proletariado alemão” (TONET, 1995, p.45). Em seu artigo, Ruge defende a tese de que a Alemanha era um país politicamente atrasado, e a ausência de consciência política fazia com que os alemães não percebessem que a revolta dos silesianos não era um fato isolado, mas possuía uma dimensão universal. Por conta disso, os trabalhadores alemães não estavam em condições de realizar uma verdadeira revolução política, que Ruge considerava ser necessária. Marx fez duras críticas a Ruge, afirmando que era preciso consciência de classe, antes da consciência política, e isso os trabalhadores da Silésia possuíam. Para Marx, todas as revoluções são políticas, ao contrário do que Ruge escrevera, e a revolução que interessava ao proletariado era uma revolução com alma social.

Apesar de ter sido escrito em 1844, o texto contém as bases da teoria de Marx sobre Estado e política, sendo de fundamental importância para a compreensão do pensamento marxiano. Naturalmente, em 1844 ainda não estavam claras para Marx todas as estruturas de dominação do capital, que serão demonstradas em 1867, com a publicação de *O Capital*, e em outras obras da maturidade de Marx. No entanto, no *Glosas críticas*, é possível encontrar algumas teses do pensador alemão sobre o Estado, como por exemplo, a tese do Estado como instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, ou a tese sobre a superação do Estado, com a superação da opressão de classe. As principais teorias de Marx neste texto foram posteriormente desenvolvidas com mais profundidade por ele ao longo de sua vasta obra, nenhuma delas foi negada.

A concepção de Estado de Marx é antagônica a teoria do Estado que sempre predominou no mundo ocidental, desde os gregos até os liberais. Para os gregos o Estado era resultado da “evolução do espírito humano”, era uma consequência natural do desenvolvimento da sociedade. Já os liberais vêem o Estado como resultado de um contrato social, um pacto entre os membros da

sociedade. Em Marx existe uma ruptura em relação ao pensamento político ocidental. Ele não vê o Estado como um mecanismo natural, como se fosse inerente ao ser social. Para Marx, o Estado tem sua raiz no antagonismo das classes que formam a sociedade civil. A sociedade civil é a base estrutural da sociedade, formada pelas classes sociais e pelas relações de produção. A sociedade civil é fundamento do Estado, existindo assim, uma dependência ontológica do Estado em relação à sociedade civil. Nas palavras de Marx:

O Estado e a organização da sociedade não são do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade (...). Com efeito, esta dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural onde se apóia o Estado moderno, assim como a escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado Antigo. (1995, p.80).

A dependência ontológica do Estado em relação à sociedade civil não significa determinismo econômico, mas sim uma relação entre fundante e fundado. Não é o Estado que funda a sociedade civil, mas a sociedade civil que explica o surgimento do Estado, seu caráter e a natureza de suas leis. A ideia da sociedade civil como fundamento do Estado, que aparece neste texto, será retomada em outros textos posteriores de Marx. Essa ideia está ligada à concepção materialista de história, de Marx e de Engels. Segundo Tonet, “a afirmação desta dependência do Estado em relação à sociedade civil supõe a concepção de que o ser social tem um ordenamento cuja matriz é a economia” (1995, p.54).

Se o Estado tem como base as condições materiais de existência e se o seu fundamento é a sociedade civil, então é possível afirmar que o Estado contribui para o domínio de uma classe sobre a outra, já que é isto o que existe na sociedade civil, a luta de classes e a exploração de uma classe sobre a outra. Se o Estado é “o ordenamento da sociedade” e a sociedade é marcada pela opressão de classe, então o Estado reflete tal opressão. Nas *Glosas críticas* Marx escreveu:

A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado Antigo e a escravidão antiga – francas antíteses clássicas – não estavam fundidos entre si mais

estritamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes, hipócritas antíteses cristãs (1995, p.81).

Segundo Marx, a existência do Estado está ligada à existência da escravidão, no sentido de opressão de classe, elas são “inseparáveis”. Pode-se afirmar a partir daí, que o Estado existe enquanto existe opressão de classe, ou que ele existe necessariamente por isso. Uma vez que a sociedade civil é marcada pela exploração de uma classe sobre a outra, se faz necessário um poder, aparentemente externo as classes, que preserve os privilégios da classe dominante e atue na defesa de seus interesses. Por isso Marx diz no texto que o Estado existe enquanto antítese da vida privada (Idem, Ibidem), repousando sobre a contradição entre vida privada e pública, interesses individuais e interesses gerais. Um dos exemplos do texto é o do Estado Antigo, que se apoiava na escravidão antiga, ou seja, no modo de produção escravista, marcado pela contradição entre senhores e escravos. O Estado Antigo servia aos interesses dos senhores, garantindo seu domínio sobre os escravos. A mesma coisa acontece com o Estado moderno, muda a forma do Estado, mas não muda a sua essência. Este é um dos pontos principais da concepção marxiana de Estado: seu caráter de classe e sua função de garantir os privilégios da classe dominante. Tal ideia será retomada em outros textos de Marx. Percebe-se que Marx não estava se dedicando ao estudo de um tipo específico de Estado, mas estava buscando entender as determinações gerais do fenômeno estatal.

A partir do conhecimento da natureza do Estado, sua função e sua relação com a sociedade civil, é possível compreender os limites da ação do Estado e da política, bem como a incapacidade do Estado de acabar com os problemas sociais. O Estado é fundado, não é fundante. Não é ele que cria as relações sociais, mas é produto delas. Por conta disso ele não pode alterá-las. Marx demonstra nas *Glosas críticas* a incapacidade do Estado em resolver os problemas sociais, através da análise da questão do pauperismo. Na época de Marx percebia-se claramente os efeitos da chamada “questão social”, conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos resultantes da contradição entre capital e trabalho. A partir da segunda metade do século XVIII a Revolução Industrial desenvolveu o capitalismo e acentuou as diferenças entre

proprietários e não proprietários, burgueses e proletários. Marx diz que a Inglaterra, a França e a Prússia acharam causas diferentes para o pauperismo, efeito da questão social, e buscaram tomar medidas diferentes para a solução deste problema, porém todos foram ineficazes. Em suas palavras:

Assim, a Inglaterra acha que a miséria tem o seu fundamento na lei da natureza, (...) Por um outro lado, o pauperismo é explicado como derivando da má vontade dos pobres, ou, de acordo com o rei da Prússia, do sentimento não cristão dos ricos, e, segundo a Convenção, da suspeita disposição contra-revolucionária dos proprietários. Por isso, a Inglaterra pune os pobres, o rei da Prússia admoesta os ricos e a Convenção guilhotina os proprietários. (1995, p.80).

As ações contra o pauperismo foram ineficazes por que não é possível, do ponto de vista do Estado, encontrar o fundamento dos males sociais. A causa do pauperismo, ou dos problemas sociais, não está em alguma lei natural ou na má administração do governo, e sim nas relações de produção da base material da sociedade. No entanto, como o Estado existe enquanto mantenedor da dominação de classe e reproduz as relações sociais existentes, não as cria, ele não pode resolver os problemas sociais. A desigualdade social é gerada na sociedade civil que é fundamento do Estado. Assim, os problemas sociais devem ser resolvidos no nível da sociedade civil. Segundo Marx:

Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela. Mas nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio da sua vida, mas, ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida (Idem, p.81).

Sem a atual vida privada não existiria Estado, pois “a existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis”. O Estado existe exatamente para garantir a exploração da classe dominante sobre a classe dominada, e esta exploração se dá na sociedade civil, ou seja, na esfera privada. Se o Estado pudesse abolir a atual vida privada ele aboliria a si mesmo. Mas Marx afirma que o suicídio é contra a natureza, e o Estado não consegue ver a impotência de sua administração. Os problemas sociais serão sempre creditados a fatores que independem do Estado, como leis naturais, a



vida privada ou a imperícia administrativa, que é condicionada pelo administrador. Segundo Marx há uma contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro. Marx afirma que é sobre esta contradição que o Estado está, e esta contradição é a que existe entre interesses gerais e particulares. Se ele eliminasse essa contradição eliminaria a si mesmo. De acordo com Marx, frente às conseqüências da vida civil “a impotência é a lei natural da administração” (Idem, p.80).

No texto do *Glosas críticas*, Marx também tece algumas considerações sobre política, deixando transparecer que a política tem um caráter essencialmente *negativo*. Essa afirmação não quer dizer que a política é dispensável para a classe trabalhadora. Segundo Mézáros (2002, p.571), a política é importante para realizar as funções destrutivas da transformação social, como o fim do assalariamento, que Marx chama de “escravidão assalariada”, a expropriação dos capitalistas, a dissolução dos parlamentos burgueses e outras medidas realizadas por decreto. Já as tarefas *positivas* resultam da reestruturação de todo o sociometabolismo. O próprio Marx escreveu que o socialismo não prescinde da política, embora que essa ação política seja no sentido negativo, e tenha um alcance limitado:

Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político (1995, p.90).

No artigo que deu origem à crítica de Marx, Arnold Ruge, o prussiano, havia dito que a consciência política era de fundamental importância para a compreensão dos males sociais e seu posterior enfrentamento. Para Marx, quanto mais político é um país, menos disposição ele terá para encontrar o fundamento dos males sociais no ordenamento da sociedade, do qual o Estado é “expressão ativa, autoconsciente e oficial”, sendo assim incapaz de compreender o princípio das desigualdades sociais. Ele diz que o nível de “consciência política” é inversamente proporcional à capacidade de compreensão dos males sociais: “quanto mais agudo ele é (o intelecto político),

quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais” (Idem, p.81-82).

Segundo Marx, o intelecto político pensa dentro dos limites da política, e o princípio da política é a vontade. Quanto mais agudo o intelecto político, maior a crença na onipotência da vontade, e menor a visão dos “limites naturais e espirituais da vontade”, e maior a incapacidade de descobrir a fonte dos males sociais. Por conta disso é impossível o Estado encontrar no Estado e na organização da sociedade o fundamento dos males sociais. Por isso os políticos não buscam a essência do mal na essência do Estado, mas em determinadas formas de Estado, propondo a substituição de uma forma de Estado por outra. Daí deriva a tese marxiana da extinção do Estado. Este ponto, um dos mais importantes do texto, está relacionado a discussão que Marx faz a respeito dos termos emancipação política e emancipação humana.

Segundo Marx, os tecelões da Silésia, menosprezados por Ruge por serem carentes de consciência política, acertaram no alvo, em seu movimento. Para Marx, não era a consciência política que era importante, mas a consciência de classe, e esta os trabalhadores da Silésia possuíam. Em sua revolta eles atacaram o pilar da ordem social vigente, a propriedade privada. Assim eles identificam a raiz dos males sociais, aquela que os Estados europeus não conseguiam identificar, e mostram o caminho para a transformação da sociedade:

A revolta silesiana começa exatamente lá onde terminam as revoltas dos trabalhadores franceses e ingleses, isto é, na consciência daquilo que é a essência do proletariado. A própria ação traz este caráter superior. Não só são destruídas as máquinas, essas rivais, do trabalhador, mas também os livros comerciais, os títulos de propriedade, e enquanto todos os outros movimentos se voltavam primeiramente contra o senhor da indústria, o inimigo visível, este movimento volta-se também contra o banqueiro, o inimigo oculto (MARX, 1995, p.84-85).

Segundo o prussiano, Arnold Ruge, a revolta dos tecelões silesianos aconteceu por que eles estavam excluídos da comunidade política. A comunidade política deve ser entendida a cidadania, a proximidade do Estado e do poder. Ruge pensa a partir do ponto de vista da burguesia, que tinha a emancipação política como meta. No entanto, a emancipação política gera uma

igualdade e uma liberdade formais que não se concretizam na prática. Mesmo que os trabalhadores fizessem parte da comunidade política eles estariam afastados da comunidade humana, e é esta a causa da revolta, na concepção de Marx. O isolamento da comunidade humana consistia na coisificação do trabalhador, explorado, brutalizado, separado do produto de seu trabalho. O pensamento político, burguês, incapaz de identificar a raiz dos males sociais, enxerga na emancipação política a mais alta forma de sociabilidade, é estreito; o pensamento do proletariado busca a emancipação humana, atacando a raiz dos problemas sociais, e é universal. Para Marx, quanto mais político um povo, mais ele pensará dentro dos limites da política, e será incapaz de pensar a partir do ponto de vista de classe, de modo a ter como objetivo a emancipação humana, e não a política. O fato da Alemanha não ser um país “muito político” possibilitava aos seus trabalhadores ter uma visão mais ampla do processo social. Assim o proletariado, assumindo a perspectiva de classe, estaria em condições de realizar uma revolução social, que visasse a emancipação humana. Nas palavras de Marx:

A essência humana é a verdadeira comunidade humana. E assim como o desesperado isolamento dela é incomparavelmente mais universal, insuportável, pavoroso e contraditório, do que o isolamento da comunidade política, assim também a supressão desse pensamento e até uma reação parcial, uma revolta contra ele, é tanto mais infinita quanto infinito é o homem em relação à vida política. Deste modo, por mais parcial que seja uma revolta industrial, ela encerra em si uma alma universal; e por mais universal que seja uma revolta política, ela esconde, sob as formas mais colossais, um espírito estreito (Idem, p.89).

Marx termina seu artigo criticando a afirmação de Ruge de que era necessário fazer uma revolução social com alma política. Segundo Marx, era preciso o oposto, uma revolução política com alma social. “Toda revolução dissolve a velha sociedade; neste sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política” (Idem, p.90).

O pensamento de Ruge está preso aos limites da perspectiva burguesa, de modo que ele defende uma revolução com alma política, ou seja, uma revolução democrática que, embora bem intencionada, ficaria na esfera da política, sendo incapaz de alterar as estruturas de exploração da sociedade. A revolução democrática é de interesse dos trabalhadores, mas ela não é

suficiente, uma vez que a liberdade e a igualdade formais não necessariamente se refletem na realidade. É preciso pensar além da revolução política, indo as bases de dominação de uma classe sobre a outra. Devemos estar lembrados de que, na perspectiva marxiana, o poder político é poder organizado de uma classe sobre outra. Então, uma revolução que mantenha as estruturas do poder político é insuficiente para a emancipação humana. Já a revolução com alma social, defendida por Marx é uma revolução que modifique a sociedade desde suas bases, desde a sociedade civil. A revolução é um ato político, já que o velho precisa ser destruído para o novo nascer. Porém, depois disso, quando começa o momento criativo, de estabelecimento de uma nova sociedade, a revolução abandona seu revestimento político. Com o fim da exploração de uma classe sobre a outra o Estado e a política se tornam desnecessários.

A visão negativa do Estado e da política, presente no pensamento de Marx, pode ser percebida no texto do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em parceria com Engels em 1848. O objetivo do Manifesto não era ser uma obra teórica, mas sim apresentar aos leitores os princípios e os objetivos dos membros da Liga dos Comunistas. Apesar disso, é possível encontrar em seu texto traços da concepção de Estado de Marx, em consonância com os princípios expressos no texto do *Glosas críticas*. No Manifesto está a famosa afirmação de Marx de que “o executivo do Estado Moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa” (1998, p.7). A concepção de revolução expressa no Manifesto passa pela tomada violenta do poder estatal, que ocasionaria uma ruptura com a ordem burguesa. O proletariado deveria assumir o controle do Estado, no processo revolucionário. Nas palavras de Marx e Engels:

O proletariado utilizará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas (Idem, pp. 29-30).

Num segundo momento, quando as diferenças de classe são superadas com o fim das estruturas de exploração, substituídas pelo trabalho associado, o poder político, visto por Marx e Engels como dominação de classe, se torna

desnecessário. Aqui aparece mais uma vez a tese do desaparecimento do Estado:

Desaparecidas no curso do desenvolvimento as diferenças de classes e concentrada toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perde o seu caráter político. Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, na luta contra a burguesia, necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime pela força as velhas relações de produção, as condições de existência do antagonismo de classes, as classes em geral e, com isto, o seu próprio domínio de classe (p.31).

O texto das *Glosas críticas* foi escrito em um momento muito importante da trajetória intelectual de Marx, quando ele estava efetuando sua guinada em direção ao comunismo. Os anos de 1843 e 1844 foram determinantes para isto, época em que foram escritos a *Introdução à crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, *A Questão Judaica* e os *Manuscritos econômico filosóficos*. Nesse período Marx iniciou seus estudos de economia política, fundamentais para a compreensão da sociedade civil. A partir daí ele percebeu que a sociedade estava dividida em proprietários e não proprietários que constituíam as classes antagônicas em choque. O Estado passa então a ser visto como uma entidade que serve aos interesses da classe dominante, garantindo seus privilégios, sob a forma de lei. Segundo Coutinho:

O Estado deixa então de lhe aparecer apenas como a encarnação *formal* e *alienada* do suposto interesse universal, passando a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes (ou seja, conserva a “sociedade civil”) e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um *Estado de classe*: não é encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses *comuns* de uma classe *particular*. (1996, p.19).

Outra importante obra escrita por Marx e Engels na mesma época é *A Ideologia Alemã*. O livro acabou sendo publicado apenas depois de quase 100 anos após ter sido escrito, em 1932, na União Soviética. No entanto, é uma obra muito relevante para o pensamento marxiano, uma vez que apresenta

sistematicamente a concepção materialista de história de Marx e Engels. Apesar de não ser seu tema central, o Estado também está presente nesta obra:

O Estado é visto como uma entidade exterior à própria sociedade, embora essa visão seja ilusória, uma vez que o Estado tem como base as relações que se travam no seio da sociedade civil. É com a divisão do trabalho que surgem as contradições entre os indivíduos, resultante das diferentes atividades e da diferente repartição do trabalho e de seu produto. A propriedade privada é uma expressão da divisão do trabalho. A propriedade privada gera uma contradição entre os interesses individuais de cada elemento e o interesse comunitário de todos os que realizam intercâmbio uns com os outros. Esse interesse comunitário se relaciona à interdependência dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido.

E é precisamente por essa contradição do interesse particular e o interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização autônoma como Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais (MARX e ENGELS, 2009, p.47).

Para Marx e Engels todas as lutas no seio do Estado, como a luta pelo direito ao voto, por exemplo, são as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes. Cada classe que detém o poder político, ou seja, o poder estatal, tem o seu interesse particular como se fosse o interesse geral. Ou melhor, o interesse representado pelo Estado aparece como interesse geral, mas é na verdade o interesse particular do grupo político dominante. Por conta disso, toda a classe que aspire a uma mudança no ordenamento social, como o proletariado, precisa primeiramente conquistar o poder político de modo a universalizar seus interesses. Assim a conquista do Estado se faz necessária ao proletariado em luta contra o modo de produção capitalista. Marx e Engels não ignoram a relação entre o Estado e a propriedade privada, e a dependência mútua que há entre ambos. O advento da propriedade privada gerou, no passado, as classes sociais. O desenvolvimento das formas de propriedade acirrou as diferenças de classe e

as lutas entre dominadores e dominados, de modo que o Estado se fez necessário como instituição que deveria salvaguardar os direitos de propriedade da classe dominante:

Pela emancipação da propriedade privada em relação á comunidade, o Estado adquiriu uma existência a par e fora da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus direitos (MARX e ENGELS, 2009, pp. 111-112).

O Estado aparece no contexto mascarador da realidade, presente na sociedade burguesa, onde as estruturas de dominação aparecem com outra forma, na qual o Estado seria neutro e defenderia o interesse geral da comunidade, e onde o Direito e a política apareceriam descolados da base material da sociedade:

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que adquirem uma forma política são mediadas pelo Estado. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade e, mais ainda, na vontade dissociada de sua base real, a vontade livre. Do mesmo modo o direito é, por conseguinte, reduzido à lei (Idem, p.112).

O texto de *A Ideologia Alemã* foi abandonado por Marx e Engels, não tendo sido publicado durante a vida de ambos. Como Marx dissera certa vez, o manuscrito foi entregue a crítica roedora dos ratos. Alguns pontos desta obra foram mais elaborados no futuro, em livros como *O Capital*, por exemplo. No entanto o valor de *A Ideologia Alemã* consiste no fato de ter sido a primeira sistematização da concepção materialista da história de Marx e Engels, que consideravam que o livro tinha sido importante para o auto-esclarecimento de ambos. No que se refere ao Estado, não há um estudo profundo, ou uma análise detalhada, porém, em linhas gerais, Marx e Engels escreveram sobre sua natureza e sua função, em conformidade com a concepção de Estado expressa em outras obras do período.

Em 1847, antes mesmo da publicação do Manifesto, Marx escreveu outro importante livro: *Miséria da Filosofia*. Esta obra foi uma resposta ao livro do filósofo francês Proudhon, intitulado *Filosofia da Miséria*. Desconsiderando a

polêmica pessoal entre os dois autores, o livro de Marx foi muito importante para o materialismo histórico dialético; uma vez que a *Ideologia Alemã* só seria publicada no século XX, foi *Miséria da Filosofia* que apresentou ao mundo os princípios do método de Marx e Engels:

Com a *Ideologia Alemã* esquecida num sótão infestado de ratos, *A miséria da Filosofia* foi o primeiro livro publicado em que Marx expôs sua concepção materialista da história. As categorias econômicas como “divisão do trabalho” eram, como ele argumentou, apenas a expressão teórica e transitória das condições de produção reais. Mas Proudhon, “segurando as coisas de cabeça pra baixo, como um verdadeiro filósofo”, considerava que essas expressões reais eram apenas encarnação de leis econômicas intemporais, donde haver concluído que a divisão do trabalho era uma realidade eterna e inevitável da vida. (WHEEN, 1999, p.105).

Marx (2003) escreve que as relações sociais estão ligadas às forças produtivas, de modo que as mudanças no modo de produção alteram as relações sociais existentes. Assim ele demonstra a relação entre as formas de Estado e a sociedade civil, apresentando a historicidade das instituições políticas e econômicas. Neste livro, Marx também apresenta o caráter negativo da política, considerando o poder político uma forma de dominação de classe, existente devido à luta de classes presente na sociedade civil, e a tese do desaparecimento do Estado, o desaparecimento do poder político organizado, com o fim da luta de classes:

A classe trabalhadora substituirá, no decorrer de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo, e já não haverá então poder político propriamente dito, pois que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil (MARX, 2003, p.152).

Outro texto relevante, sobre este tema foi o prefácio à *Contribuição á crítica da economia política*, escrito em 1859. Já discorreremos a respeito do mesmo, quando escrevermos sobre o método. No entanto é importante salientar a afirmação de Marx de que as formas de Estado se baseiam nas condições materiais de vida (1982, p.301.), na sociedade civil. Além disso, a divisão em estrutura e superestrutura, considerando a estrutura a base material, a



sociedade civil, e a superestrutura sendo a esfera das idéias, onde se encontra o Estado.

Os escritos de Marx sobre os movimentos revolucionários do final dos anos 1840 também são de grande importância para a compreensão de sua teoria do Estado. Os últimos anos da década de 1840 foram marcados por levantes revolucionários em alguns países da Europa (Alemanha, França, entre outros), sendo o período conhecido como primavera dos povos. Marx fez uma análise da situação da França escrevendo *A burguesia e a contra-revolução*, de 1848, *A luta de classes em França*, de 1850, e *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, de 1852. Nestas obras, chamadas por alguns de 'obras históricas', Marx faz uma análise do Estado francês, saindo do plano do abstrato e estudando os acontecimentos concretos. Segundo alguns autores (CODATO E PERISSINOTTO, 2001), o Estado está presente nas obras de Marx em dois aspectos diferentes: o aspecto funcional, que seria o Estado de classe e o aspecto institucional, que seria o Estado e suas estruturas concretas de funcionamento. As obras históricas de Marx abordariam, portanto, esse aspecto institucional do Estado, onde o Estado é observado operacionalmente, como "aparelho de Estado". No entanto, essa diferença de escala não torna o conceito marxiano de Estado destas obras diferente do conceito das demais. O que existe, nas obras históricas é um conceito concreto, que leva em conta as determinações ontológicas e a historicidade. Assim, não há dois conceitos diferentes de Estado, mas dois momentos diferentes da apreensão do fenômeno estatal.

O caráter de classe do Estado permanece presente nas demais obras de Marx, como em *A guerra civil em França*, escrita em 1871, após a queda da Comuna de Paris. Sobre o desenvolvimento do poder de Estado moderno Marx escreveu:

Do mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe (MARX, 1984, p.63).

Marx busca fazer uma leitura da Comuna de Paris, apontando alguns erros estratégicos dos comunardos. Um deles foi a limitada compreensão do papel e funcionamento do Estado. Segundo ele, “a classe trabalhadora não podia simplesmente tomar a máquina de Estado, já pronta, e fazê-la funcionar para seus próprios objetivos” (MARX, 1984, p.62). Era necessário usar o aparelho estatal e seu poder coercitivo para realizar as medidas necessárias para o fim da luta de classes.

O Estado não pode ser abolido por decreto, de maneira arbitrária, de acordo com Marx. Ele é transcendido, perde sua razão de existência quando as mudanças no seio da sociedade civil eliminam as diferenças de classe. Os problemas sociais surgem na esfera da produção, na base material, de modo que precisam ser solucionados nessa esfera. São as alterações na base material da sociedade que podem realmente resolver os problemas da sociedade, a saber, a exploração do homem pelo homem, a dominação de uma classe sobre a outra. Resolvidos esses problemas, desaparecem as classes sociais. Sem as classes sociais o Estado torna-se desnecessário. Essa é a lógica da teoria marxiana de fim do Estado. Essa teoria é decorrente da concepção de que o Estado é um instrumento de dominação de classe, em sua essência, independente das formas que possa assumir. Esse é o ponto central do pensamento de Marx em relação ao Estado.

## **CAPÍTULO III**

### **CONCEPÇÃO DE ESTADO EM GRAMSCI**

#### **3.1 Contexto histórico e vida de Antônio Gramsci**

O pensador italiano Antônio Gramsci, um dos mais influentes marxistas do século XX, nasceu em Alles, uma pequena cidade da província de Cagliari, na Sardenha, no dia 22 de janeiro de 1891. A região era uma das mais pobres da Itália, tendo a agricultura como sua principal atividade econômica. Gramsci nasceu em uma família de baixa renda, tendo sido o quarto dos sete filhos de Francesco Gramsci e Giuseppina Marcias, esta descendente de espanhóis, aquele de ascendência albanesa. Francesco era funcionário de um cartório em Ghilarza, cidade da Sardenha (SIMIONATTO, 2004).

O Estado italiano era relativamente jovem. Sua unificação havia sido finalizada em 1870, e o país era uma monarquia na época. O fim do século XIX foi marcado pelos movimentos nacionalistas, na Europa ocidental, e pelo desenvolvimento do capitalismo industrial. As potências europeias estavam expandindo seus impérios, em busca de mercados consumidores para seus produtos industrializados, colonizando a África e a Ásia. A unificação da Itália se deu nesse contexto.

Apesar de seu interesse pelos estudos, Gramsci é obrigado a parar de estudar em 1903, aos 12 anos, após concluir a quinta série. Isso aconteceu não obstante seu excelente desempenho no exame de admissão, pois Antônio precisou trabalhar para ajudar no sustento da família, que vivia sob condições materiais muito difíceis. Seu pai Francesco, havia sido preso e seus filhos precisaram enfrentar desde cedo a responsabilidade de lutar pela própria subsistência. Gramsci passa a trabalhar no cartório de Ghilarza, com uma carga horária de dez horas por dia, carregando pesadas pilhas de papel. Essa dura rotina é dificultada pela deficiência física de Gramsci, que era corcunda, devido a uma doença contraída quando ele ainda era bebê. A pobreza da família e as difíceis condições de vida, deixarão marcas que influenciarão a vida de Gramsci no futuro, uma vez que ele percebeu que, apesar de ser o

melhor aluno da classe, precisou parar de estudar por que era de família pobre, vendo muitos alunos com notas inferiores a ele podendo prosseguir seus estudos por que eram de famílias abastadas. Este fato criará nele um sentimento de revolta contra as injustiças sociais de sua época.

Depois de dois anos trabalhando, Gramsci pôde voltar aos estudos graças à ajuda de familiares e amigos, conseguindo concluir o ginásio por volta de 1908, e posteriormente o secundário. É nesse período que Gramsci terá o primeiro contato com a imprensa socialista: “Seu irmão mais velho, Gennaro, que emigrara para Turim, envia-lhe periodicamente o *Avanti!*, órgão central do Partido Socialista Italiano (PSI).” (COUTINHO, 2007, p.8).

Para poder dar prosseguimento aos estudos Gramsci se mudou para Cagliari, capital da Sardenha, onde passou a morar com seu irmão Gennaro, que já havia regressado de Turim. Gennaro havia se tornado uma espécie de coordenador sindical local, e Gramsci passa a freqüentar as reuniões do movimento socialista da região. Ele inicia nesse momento seu contato com o movimento dos trabalhadores, suas idéias e situação de vida. Nessa época os trabalhadores da Sardenha eram influenciados por ideias regionalistas e autonomistas. Antônio Gramsci permanecerá na Sardenha até terminar os estudos ginasiais em 1911. A situação política e social da Itália nesse momento era muito conturbada. Problemas na economia e desemprego crônico marcavam o país nas primeiras décadas do século XX. Havia uma clara distinção entre o norte, industrializado e rico, e o sul, pobre e agrícola. Nas palavras de Simionatto:

Nesse período, intensos conflitos sociais marcaram a realidade italiana, tendo como conseqüência a baixa produtividade agrícola, o desemprego, a emigração em massa, sobretudo para a América. As disparidades entre Norte e Sul se acirravam de maneira crescente. Ao Norte, desfraldava-se a bandeira do progresso econômico e do desenvolvimento. Notáveis eram os progressos que apareciam no setor industrial, concentrados na região setentrional. O Sul, porém, continuava marcado pela forte evolução dos problemas sociais, fruto da política de modernização conservadora assumida pelo Estado após o processo de unificação. (2004, p.24).

Quando a Itália se unificou e o Estado italiano surgiu no cenário político mundial, as nações desenvolvidas do mundo já estavam em um período de

desenvolvimento de suas indústrias, era o período do capitalismo industrial. Era um período de expansão, de formação de impérios coloniais, e era preciso que a jovem Itália fosse inserida no contexto do capitalismo industrial. A passagem da Itália para essa nova fase de sua economia não aconteceu de maneira tranqüila. O Estado fez enormes esforços para desenvolver suas indústrias e a classe burguesa acabou sendo privilegiada, em detrimento dos proprietários de terras e, principalmente, dos trabalhadores. Era preciso uma nova política econômica que desenvolvesse as indústrias e derrubasse os laços remanescentes do Antigo Regime na Itália. A burguesia se torna parceira do Estado, recebendo incentivos, concessões, no que Simionatto chamou de “ideologia do favor” (2004, p.24). Dessa forma o poder do Estado serviu para aumentar e fortalecer o capital financeiro, de modo que a burguesia acabou sendo a grande beneficiada no processo. O desenvolvimento industrial do Norte se deu no fim do século XIX, coincidindo com uma grave crise agrária na Sardenha. O favorecimento do Estado acirrou as diferenças entre o Norte e o Sul, gerando a riqueza no Norte e no Sul a miséria e o êxodo rural. Enquanto o norte se industrializava cada vez mais, a Sardenha permanecia ligada às velhas estruturas e condições sociais, comuns à maioria da população insular.

O pensamento de Gramsci, nesse período é intensamente carregado de regionalismo. O pouco que ele conhecia de socialismo e marxismo era através de panfletos e jornais. Em Turim, Gramsci ingressa na universidade, onde pretende se formar em Lingüística. Lá ele conhece intelectuais socialistas, tendo contato com o PSI (Partido Socialista Italiano). Outro fator importante para a formação filosófica de Gramsci foi o conhecimento do pensamento dos neo-hegelianos Benedetto Croce (1866-1952) e Giovanni Gentile (1875-1944). Eles eram os principais pensadores do movimento cultural idealista, que teve forte influência sobre o jovem Gramsci.

Contra o evolucionismo vulgar, contra o cientificismo empirista e positivista, Croce e Gentile pregavam o valor de uma cultura filosófica, humanista; contra o apego aos fatos, defendiam o valor do espírito, da vontade e da ação (COUTINHO, 2007, p.10).

Esse tardio idealismo italiano possuía muitos problemas a nível filosófico, como o moralismo e o irracionalismo. No entanto, o aspecto que marcará o pensamento de Gramsci neste período é o elemento libertador, que enfatiza o papel da vontade e da ação na transformação da realidade. Isso é relevante por que neste período o PSI era marcado por tendências economicistas e deterministas, onde a revolução dos trabalhadores seria fruto da evolução das condições econômicas:

Fundado tardiamente, em 1892, o PSI combinava o culto do cientificismo, vigente na cultura burguesa progressista da Itália setentrional, com a interpretação estreitamente evolucionista e economicista do marxismo que vigorou na Segunda Internacional, em particular no Partido Social-Democrata Alemão, que havia se tornado rapidamente o partido guia também dos socialistas italianos. (COUTINHO, 2001, p.12).

As influências que Gramsci sofreu dos idealistas italianos o preservaram do mecanicismo e determinismo reinantes no PSI. A cidade de Turim, onde Gramsci residia nesta época, estava em processo de industrialização, com a instalação de diversas fábricas e indústrias. Havia um grande número de operários na região, que passou a abrigar um movimento trabalhista forte, com organização sindical e luta por melhores salários e condições de trabalho. Nesse contexto Gramsci inicia sua militância política. Diferentemente da posição majoritária no PSI ele acreditava que era necessário agir no sentido de preparar o terreno para a revolução, não apenas esperar pelas condições econômicas.

No final da década de 1910 a Itália passava por uma situação difícil, fruto do desastre que foi para o país a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Fora os custos financeiros da guerra e o grande número de perdas humanas, a Itália não conseguiu nenhum ganho territorial, de modo que o saldo do conflito foi extremamente negativo para os italianos. Crises econômicas, desemprego generalizado e inflação geravam tensão e instabilidade. Tal situação era favorável ao crescimento do socialismo, no entanto, foi o fascismo que surgiu e ganhou força na Itália. O fascismo, ideologia de extrema-direita, foi utilizado pela burguesia para barrar o crescimento dos socialistas, sendo um movimento contra-revolucionário (HUBERMAN, 1986). Em poucos anos tomará o governo

do país e iniciará uma ditadura totalitária, sob a chefia de seu líder, Benito Mussolini (1883-1945).

Em 1919 Gramsci funda, com Palmiro Togliati e alguns amigos, o semanário *L'Ordine Nuovo*, um jornal socialista. Em 1919 a revolução Bolchevique já havia acontecido na Rússia, fortalecendo a ideia de Gramsci de que era necessária a iniciativa de um sujeito revolucionário organizado. A publicação do jornal acontece nesse sentido:

À primeira vista, a finalidade da publicação não se afasta muito das antigas preocupações gramscianas: trata-se de editar um órgão que seja centro de criação e difusão da cultura socialista, da preocupação ideológica que ele considera elemento essencial da luta para criar as condições da transformação socialista (HUBERMAN, 1986, p.27).

Os jovens socialistas do *L'Ordine Nuovo* estavam cientes da necessidade de fazer política. Seu intento era “fazer como na Rússia”, ou seja, construir a teoria e a prática revolucionárias. O PSI não compactuava com essa visão, pois ainda estava sujeito a uma interpretação mecanicista e economicista do processo revolucionário. Gramsci e seu grupo propunham a adesão à Internacional Comunista, e uma adesão que tivesse implicações práticas, na luta política pela organização e preparação do proletariado para a revolução. Neste sentido, a cidade de Turim foi o local de uma experiência muito importante na época, a experiência dos Conselhos de Fábrica.

Turim era uma cidade industrializada, onde havia um grande número de trabalhadores organizados. A ideia dos Conselhos de Fábrica foi de Gramsci, que pretendia fazer o trabalhador controlar e dirigir o processo produtivo. Isso aconteceria por meio das Comissões Internas, que eram delegações de trabalhadores que havia no interior das fábricas. Essas comissões lutavam por direitos dos trabalhadores, dentro das fábricas, porém Gramsci via os Conselhos de Fábrica com uma função mais abrangente. Na concepção de Gramsci, a Comissão Interna deveria representar todos os trabalhadores da fábrica, não só os operários, mas também os engenheiros e funcionários administrativos, e todos deveriam votar e poder ser votados. Sua organização se daria por seções na fábrica, e os representantes das seções formariam um

conselho dirigente. A partir daí os trabalhadores poderiam ter o controle do processo produtivo. Nas palavras de Coutinho:

Essas modificações do regime de funcionamento visam a promover uma alteração essencial de função: os Conselhos de Fábrica não são mais concebidos como instrumento de defesa dos direitos imediatos do trabalhador, mas como o meio de elevar o operário de sua condição de assalariado à condição de produtor. E nisso eles se distinguem fundamentalmente dos sindicatos de categoria. (2007, p.31).

Gramsci acreditava que os Conselhos de Fábrica seriam as células fundamentais do futuro Estado proletário. Para ele, o Estado socialista resultaria da união dos diversos Conselhos de Fábrica em um Conselho Executivo Central, que contaria com a participação dos conselhos de camponeses.

As propostas do *L'Ordine Nuovo* encontraram grande aceitação entre os operários de Turim, que logo começaram a se organizar de acordo com o modelo dos Conselhos de Fábrica. A reação foi rápida, tanto dos sindicatos reformistas quanto do PSI. Quando os operários de Turim, organizados de acordo com a proposta dos Conselhos de Fábrica, entraram em greve, em 1920, eles praticamente ficaram isolados, tendo o apoio apenas de Gramsci e o grupo de *L'Ordine Nuovo*. Os trabalhadores conseguiram manter o movimento durante alguns meses, mas não resistiram à pressão e terminaram derrotados.

Essa experiência fará Gramsci pensar cada vez mais na importância do partido. Ele percebe que a classe operária não pode triunfar lutando apenas no terreno da fábrica. O partido deve ser o organismo político revolucionário que efetuará a luta em território nacional.

Em janeiro de 1921 foi fundado o Partido Comunista Italiano. O PCI tornou-se a seção italiana da Internacional Comunista, conhecida, nessa época, como Terceira Internacional. O novo partido surgiu graças a união de uma ala do antigo PSI, liderada por Amadeo Bordiga, com o grupo de *L'Ordine Nuovo*. Gramsci foi um de seus fundadores e desde o início um de seus dirigentes mais influentes, não obstante o fato de que a linha do partido era definida por Bordiga, seu líder. Nesse período o PCI segue a cartilha



economicista mecanicista, sob a direção de Bordiga, situação que perdurará até 1924, quando a liderança do partido passará para Gramsci.

Em 1922 Gramsci viaja a Moscou, para representar o PCI junto ao Comitê Executivo da IC (Internacional Comunista). Foi nessa viagem que ele conheceu sua futura esposa, Giulia Schucht, com a qual teria dois filhos. Nesta época se deu o avanço do fascismo sobre a Itália. Benito Mussolini, fundador do Partido Fascista, assume a chefia do governo italiano e é iniciada uma série de perseguições contra os comunistas:

Egresso das fileiras do Partido Socialista, Benito Mussolini aproveitou-se da conjuntura favorável e fundou, em 1921, o Partido Fascista. No ano seguinte, em 1922, foi nomeado primeiro-ministro pelo rei Victor Emanuel III, coroando a “Marcha sobre Roma”. A partir desse posto, Mussolini promoveu a implementação do fascismo na Itália, um regime fundado na força como método de ação – bem expresso no militarismo e na repressão aos movimentos sociais – e nas ideias críticas à democracia, na defesa da propriedade privada e na afirmação da necessidade de a Itália ter um condutor (*Duce*) para liderar todo o povo no caminho de sua reconstrução como nação. (MARTINS, 2008, p.175).

O retorno de Gramsci à Itália acontece em 1924, ano em que ele é eleito deputado pelo PCI, representando o distrito de Vêneto. No mesmo período Antônio Gramsci ingressa no comitê executivo do PCI, e em agosto se torna Secretário Geral do partido. Sua atuação política é intensa, fazendo oposição ao governo fascista e mantendo contato com diversos partidos comunistas da Europa. Em 1926, quando o governo fascista ganha contornos mais ditatoriais, Gramsci é preso; “apesar de desfrutar de imunidades parlamentares – é preso junto com outros parlamentares comunistas e recolhido ao cárcere Regina Coeli, em isolamento absoluto e rigoroso” (GRAMSCI, 1999, p.64). A prisão de Gramsci pelo fascismo iniciará a fase mais difícil de sua vida, e também a mais produtiva, no que se refere a seu pensamento político. Sua saúde frágil, e as duras condições do cárcere tornarão a vida de Gramsci quase insuportável:

Começará para Gramsci uma dura vida de martírios: preso, confinado, processado, condenado a mais de 20 anos de prisão, padecendo no cárcere de males atrozes, Gramsci só será libertado em abril de 1937, poucos dias antes de sua morte, numa manobra de Mussolini para impedir que ele

morresse como prisioneiro do fascismo. (COUTINHO, 2007, p.77).

É na prisão que Gramsci escreve a parte mais importante de sua obra, os *Cadernos do Cárcere*. Eram 32 cadernos de capa dura onde Gramsci escreveu sobre diversos temas, entre eles história, política, filosofia e cultura, entre os anos de 1929 e 1935. Os cadernos foram enumerados por sua cunhada, Tatiana Schucht, que foi sua principal correspondente durante o cárcere, e foram publicados após o fim da Segunda Guerra Mundial, em seis volumes. Antônio Gramsci morreu no dia 27 de abril de 1937, em Roma, alguns dias depois de sua libertação. Ele fora libertado, depois de mais de uma década de cárcere, para não morrer prisioneiro do fascismo.

### **3.2 Considerações sobre o método de Antônio Gramsci**

O presente estudo se propõe, a exemplo do que foi feito com Marx na sessão anterior, a traçar as linhas gerais do processo de conhecimento de Gramsci, em suas bases e fundamentos. Levando em conta que os *Cadernos do Cárcere* constituem os escritos da maturidade do italiano, as considerações que se seguem terão como base este momento da vida do autor.

Seguindo a linha de Karl Marx, Gramsci é um pensador materialista, que faz uso do historicismo e da dialética em seu processo de construção do conhecimento. Para ele, o ponto de partida é a realidade concreta, as relações sociais produzidas e objetivadas pelos indivíduos (SEMERARO, 2001). No entanto, a ênfase dos estudos gramscianos não está na economia, ou na base estrutural da sociedade, sim nos aspectos políticos e ideológicos.

Em seus escritos carcerários o comunista sardo trouxe contribuições para todas as chamadas ciências sociais, como a Sociologia, a Ciência Política, a Educação, a História; porém sobre a economia Gramsci escreveu pouco. Ele acreditava que a crítica da economia política já havia sido feita de maneira competente por Marx, no século XIX e por Lênin, no início do século

XX, de modo que era necessário ampliar seus estudos para outras áreas.

Segundo Carlos Nelson Coutinho:

[...] Gramsci fez essa opção por que partiu do pressuposto – o que pode ser facilmente confirmado pela leitura dos *Cadernos do Cárcere* – de que a crítica da economia política já havia sido feita: ele aceita integralmente os resultados dessa crítica, tanto os produzidos pelo próprio Marx quanto, e talvez, sobretudo, os contidos nos desenvolvimentos que ele encontrou na obra de Lênin, particularmente em *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. (1996, p.102).

Isso não quer dizer que Gramsci não tenha escrito sobre economia, mas que suas contribuições nessa área foram menores do que em outras, sobretudo na área da política, que foi enfatizada nos estudos do pensador italiano. A ênfase que Gramsci dá a política, no entanto, não o torna um politicista, uma vez que ele não trabalha a política em um plano ideal, separada da economia. É preciso entender o que Gramsci entende por política. Para Gramsci “tudo é política”, mas a política para ele possui dois sentidos, um restrito e um amplo. O “amplo” é chamado, nos *Cadernos*, de *catarse*. Esse termo designa, na obra de Gramsci, o momento de passagem do momento econômico para o ético-político, do objetivo para o subjetivo, onde os homens adquirem um novo nível de consciência social. Dessa forma, o conceito de *catarse* se refere ao momento em que o homem age em busca de sua liberdade, apesar dos limites impostos pela realidade objetiva, pelas estruturas econômicas, usando, porém, o conhecimento dessas estruturas para orientar uma nova práxis social. É neste sentido amplo que podemos considerar Gramsci um estudioso dos fenômenos políticos.

Uma característica da obra marxiana, que é visível nos textos de Gramsci é a não separação entre economia e política. Esse é um estatuto ontológico, presente na obra destes autores. Tal característica é fundamental ao materialismo histórico, e não pode ser posta em segundo plano.

A parte mais importante da obra de Gramsci, os *Cadernos do Cárcere*, tem uma característica marcante; o fato de ser uma produção que visava ser definitiva, no sentido de que não era uma obra que buscasse tratar de uma época específica, mas sim de um estudo teórico sistemático, que fosse atemporal. Ele afirmou em uma carta a sua cunhada Tatiana, que fora sua

principal interlocutora durante o período em que esteve preso, datada de março de 1927, que pretendia realizar uma obra “*fur ewig*”, algo que ficasse para sempre (COUTINHO, 2007, p.79). Havia essa intenção, que não pôde ser concretizada, de modo que mesmo nos *Cadernos* a obra de Gramsci possui um caráter fragmentário, devido às condições nas quais foi escrita.

Os *Cadernos* foram escritos entre 1929 e 1935, sendo 29 cadernos escolares de capa dura, contendo escritos teóricos, tratando de diversos temas como política, filosofia, educação, história e cultura italiana, considerando que alguns cadernos tratam de assuntos específicos e outros são os chamados “cadernos miscelâneos”, tratando de vários assuntos. Também foram escritos quatro cadernos dedicados à tradução (MARTINS, 2008).

O filósofo sardo escreveu diversas cartas durante o período em que esteve preso. Sua principal correspondente foi sua cunhada Tatiana, a quem ele escrevia pedindo livros para estudo, uma vez que tinha conseguido permissão para estudar e escrever no cárcere, e relatando sua vida na prisão. Por meio destes relatos é possível ter uma clara noção das condições de vida do comunista italiano nos anos em que esteve preso, e suas frágeis condições de saúde. Anos após sua morte, a correspondência de Gramsci foi reunida e publicada em forma de livro, as *Cartas do Cárcere*. No entanto, como apontado anteriormente, deteremos nossas observações nos *Cadernos do Cárcere*.

Segundo Coutinho (2007), Gramsci percorre um caminho similar ao de Marx na elaboração de *O Capital*. Em *o Capital* Marx estabelece a célula inicial, a mercadoria, que serve como ponto de partida para a elaboração das categorias mais complexas de análise da crítica da economia política. No caso de Gramsci, o ponto de partida é a política, a existência e a distinção entre governantes e governados. A partir deste primeiro elemento Gramsci parte para a explicação de sua crítica da política. Nas palavras de Coutinho:

Aquele “primeiro elemento”, analisado, revela sua gênese histórica na distinção entre classes sociais antagônicas; e, desenvolvido e concretizado, desdobra-se nas distinções necessárias a serem feitas no interior das superestruturas (na esfera da política), entre as quais se destaca a elaboração das determinações dialéticas da sociedade civil/aparelhos privados de hegemonia e da sociedade política/aparelhos estatais de coerção. (COUTINHO, 2007, p.80).

Outro ponto importante a ser considerado a respeito da obra carcerária de Gramsci é o fato de que ele esteve, por força das circunstâncias, afastado da militância e da vida jornalística. A relevância disso é que Gramsci podia escrever sem a influência de contextos específicos, se dedicando a estudos mais gerais. Por conta desse distanciamento, a obra de Gramsci passou a ter esse caráter histórico-universal presente nos *Cadernos*.

Gramsci escreveu nas primeiras décadas do século XX, de modo que ele teve contato com algumas determinações que Marx não conheceu. Gramsci viveu na época do sufrágio universal, dos partidos políticos de massa e da socialização da política, além de ter vivido na época da Revolução Russa e ter presenciado seus desdobramentos nos anos 1920 e 1930. Em decorrência disto, uma das principais preocupações da obra de Gramsci será traçar uma estratégia revolucionária para o Ocidente. Vale lembrar que em Gramsci os termos Ocidente e Oriente não designam localizações geográficas, mas formações sociais mais complexas ou menos complexas, levando em consideração a importância da sociedade civil em relação ao Estado (COUTINHO, 2007). Como exemplo de sociedade ocidental temos os países de capitalismo desenvolvido como a Inglaterra, a França ou a Alemanha, e como exemplo de sociedade oriental temos a Rússia antes da revolução de 1917.

O pensador italiano não via o marxismo como algo acabado, pronto, mas sim como um método que pode ser renovado, desenvolvido dialeticamente. Nesse sentido Lênin escrevera a respeito de assuntos que Marx não escreveu, levando em conta as novas determinações do capitalismo na virada do século XIX para o século XX, e Gramsci escreveu sobre temas que Marx e Lênin não escreveram, levando em consideração as configurações do capitalismo nos anos 1920 e 1930. No entanto, é como crítico da política que Gramsci se destaca, como um dos pensadores mais influentes do século XX, uma vez que a ênfase dos estudos gramscianos está nos aspectos políticos.

O fato de Gramsci ser um crítico da política, não o torna um cientista político ou um politicista, assim como o fato de Marx ser um crítico da economia não o torna um economista ou um economicista. A crítica da política,

desenvolvida por Gramsci, segue os princípios estabelecidos por Marx em seu método de estudo:

Gramsci – podemos dizer – é o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade, as articulações internas. Nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no contexto de uma concepção dialética da relação entre ambas. (LIGUORI, 2007, p.20).

A política não é vista por Gramsci como a esfera determinante da sociedade, ele não coloca a política acima da economia. Também não coloca a subjetividade acima da objetividade. Do contrário não poderia ser visto como marxista. A ênfase na política, dada por Gramsci, não o faz negar a determinação da totalidade social pela economia. Nas palavras do próprio Gramsci:

As estruturas e as superestruturas formam um “bloco histórico”, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do *conjunto das relações materiais de produção*. (GRAMSCI In COUTINHO, 2007, p.96).

O conjunto das relações materiais de produção, citado por Gramsci é a esfera da economia. Esse critério metodológico utilizado por Gramsci é altamente relevante e aparece claramente em seus estudos. Como já mencionamos anteriormente, a ênfase dada pelo italiano à política não se dá por conta de uma convicção na primazia da esfera política, mas sim devido ao entendimento que os estudos sobre economia haviam sido levados a cabo por Marx e Lênin. Como herdeiro do legado marxiano, Gramsci faz uso dos princípios teóricos do materialismo histórico, de modo a ser considerado um pensador marxista:

Tal como em Marx, Engels, Lênin ou Lukacs, também em Gramsci a economia determina a política não mediante a imposição mecânica de resultados unívocos, fatais, mas condicionando o âmbito das alternativas que se colocam à ação do sujeito. (COUTINHO, 2007, p.97).

Outro aspecto metodológico importante da obra de Antônio Gramsci é a adoção do ponto de vista da totalidade. De acordo com esse ponto de vista a sociedade é uma realidade complexa e articulada, formada por mediações, contradições e processos (COUTINHO, 1996). O princípio da totalidade é um dos mais importantes do pensamento marxista, e permite que se perceba a sociedade como um todo, em uma perspectiva globalizante. Segundo Lukács, a “distinção básica entre o marxismo e a ciência burguesa não é o predomínio do fator econômico na explicação da realidade social, mas sim o princípio da totalidade” (1989, p.41). Tal princípio permite a compreensão dos interesses universais da sociedade, não apenas de interesses corporativos. Os estudos de Gramsci vão ter como fundamento o princípio da totalidade e a interação entre objetividade e subjetividade. Assim, Gramsci estabelece uma articulação dialética entre objetividade e subjetividade e concebe a realidade como uma síntese de múltiplas determinações. “A totalidade em Gramsci é apreendida em seu conceito de Bloco Histórico, que leva em conta todas as determinações da realidade social na articulação entre estrutura e superestrutura”. (CORREIA, 2005, p.51).

Os princípios fundamentais do pensamento de Gramsci, no que se refere ao conhecimento, não diferem dos princípios de Marx. O materialismo e o historicismo são marcantes na obra do filósofo sardo, que não rompeu com os fundamentos basilares da teoria do conhecimento do alemão. Gramsci empreendeu uma luta contra o idealismo de Croce, fortemente impregnado no pensamento filosófico italiano, e contra o determinismo economicista, que era a tendência dominante na II Internacional (BIANCHI, 2009). O historicismo é uma marca muito forte no pensamento gramsciano. Segundo Martins:

O que Gramsci concebe com muita propriedade é a realidade como algo aberto, um campo de possibilidade, sem inevitabilidades, isto é, um *lócus* que pode adquirir outra conformação histórica dependendo das ações dos sujeitos que atuam em um ambiente com determinadas condições estruturais e superestruturais (2008, p.215).

Os sujeitos agem dentro de condições materiais que lhes são externas e anteriores, mas as ações dos sujeitos podem ter um grande número de conseqüências, uma vez que a realidade é um campo aberto de possibilidades.

Como anteriormente mencionado, nosso estudo do método de Gramsci pretendeu apenas tecer algumas considerações gerais, porém importantes sobre o método de Gramsci, tendo em vista a apreensão da concepção de Estado neste autor. No ponto três desta sessão iremos analisar a concepção de Estado de Antônio Gramsci, objeto de estudo desta dissertação.

### **3.3 Sobre o Estado no pensamento de Gramsci**

É iniciada neste ponto a análise da concepção de Estado de Antônio Gramsci. A categoria Estado foi uma das mais estudadas por Gramsci, e é no estudo do Estado que encontramos algumas das teorias mais importantes do pensador italiano.

Como pensador que estudou a política, Gramsci escreveu diversas linhas sobre o Estado, embora também não tenha feito um estudo sistemático do mesmo, seguindo o exemplo de Marx. O marxista sardo escreveu sobre o tema em alguns textos da juventude e, sobretudo em sua obra carcerária, que será a base de nossa análise. Deixaremos de lado, neste trabalho, os textos que Gramsci escreveu antes de 1926, ano de sua prisão, publicados no Brasil em dois volumes, no ano de 2004, com o título de *Escritos Políticos*, organizados por Carlos Nelson Coutinho. Isso se deve ao fato de que os *Cadernos do Cárcere* são a obra da maturidade de Gramsci, escrita com a finalidade de ser permanente, não uma análise circunstancial ou histórica.

Antônio Gramsci fora um militante comunista, atuando junto aos trabalhadores e sendo um dos líderes do PCI. Seu trabalho foi muito além dos estudos teóricos, indo ao encontro das necessidades imediatas colocadas pela luta concreta. A isso se deve seu envolvimento na luta dos trabalhadores da indústria automobilística italiana e sua participação nos Conselhos de Fábrica. As perdas do movimento dos trabalhadores nos anos 1920 trouxeram algumas



questões importantes que seriam posteriormente analisadas por Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*. Uma das grandes questões que se colocavam diante de Gramsci no período de sua prisão era a da razão pela qual a revolução não havia acontecido na Europa ocidental, apesar do contexto favorável (COUTINHO, 1996). Por conta disso, boa parte dos escritos de Gramsci posteriores a 1926, ano de sua prisão, será destinada à análise dessa questão. O estudo que Gramsci faz do Estado surge neste sentido.

Como já mencionado anteriormente, Gramsci segue a linha marxista, não se afastando dos pressupostos básicos do pensamento marxiano. Isso também pode ser verificado na concepção gramsciana de Estado. O Estado também é para Gramsci um Estado de classe, sendo importante peça na estrutura de dominação da burguesia sobre o proletariado. Esse é o ponto de partida da análise do marxista sardo. No entanto, a concepção de Estado de Gramsci apresentará algumas diferenças, em relação à concepção marxiana.

Gramsci concebe o Estado como sendo constituído por duas esferas diferentes: a sociedade civil e a sociedade política. Entre essas esferas existe uma unidade orgânica que conflui para a manutenção da hegemonia da classe dominante. O Estado engloba não apenas os aparelhos repressivos de governo, a esfera pública, mas também a sociedade civil, com seus aparelhos privados de hegemonia. Por conta disso, alguns autores sugerem que Gramsci possui um conceito ampliado de Estado, em oposição a um conceito restrito, comum a Marx, Engels e Lênin. Esse conceito restrito se refere apenas à esfera pública, onde o Estado atua por meio da repressão, utilizando o monopólio da força e o poder político para manter o domínio da classe exploradora. Nas palavras de Coutinho:

Já vimos que o Estado aparece para Marx e Engels, no Manifesto, como o “comitê das classes dominantes” e como “poder de opressão de uma classe sobre outra”; e que Lenin, de modo ainda mais restritivo, considera que “o exército permanente e a polícia são os instrumentos fundamentais” do poder do Estado. Ao definir essa concepção como restrita, tentei ressaltar o seu caráter unilateral, ou, mais precisamente, o fato de que ela se concentra em algumas determinações abstratas (parciais) do Estado. (1996, p.51).

Por conta disso, o conceito gramsciano, que envolve sociedade civil e sociedade política é considerado um conceito ampliado, em relação às concepções dos marxistas clássicos. Essa diferença se dá, em parte, devido ao contexto histórico no qual eles viveram e produziram suas obras. No século XIX a participação popular na política era escassa, a luta se dava geralmente por meio de pequenos grupos combativos que agiam na maior parte do tempo na clandestinidade. Ainda não havia se dado a socialização da política e o aspecto do Estado que estava mais visível era o aspecto repressor. A situação era diferente no período em que Gramsci escreveu sua obra carcerária, ou seja, nos anos 20 e 30 do século XX:

Gramsci, porém, trabalha numa época e num âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política que tomam corpo nos países “ocidentais”, sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos e partidos políticos de massa, sufrágio universal), surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos de Estado (COUTINHO, 2007, p.124).

Dessa forma Gramsci formula seu conceito de Estado, não rompendo com o conceito marxiano clássico e seus fundamentos ontológicos, mas considerando as novas configurações do capitalismo no século XX, além da complexificação das relações entre Estado e sociedade.

O termo Estado ampliado, no entanto, não aparece na obra de Gramsci. A expressão começou a ser usada em 1975, por Christine Buci-Glucksmann, que é a real criadora da expressão. Ela “apontava a ampliação do conceito de Estado como a maior contribuição teórico política de Gramsci”. (LIGUORI, 2007, p.13). Tal expressão trata da relação que existe, no pensamento gramsciano, entre Estado e sociedade civil, dando ideia de unidade e distinção.

O Estado na obra de Gramsci dirige o conjunto da sociedade a partir dos interesses das classes dominantes. Não é neutro, embora apareça como neutro, como um mediador na disputa entre as classes sociais. Gramsci recupera a noção marxiana de Estado como instrumento de dominação, não negando em nenhum momento que a existência do Estado sempre implica

dominação. Em Gramsci também não há a separação entre economia e política; o domínio político não está dissociado da base material. Em suas palavras “Para as classes produtivas (burguesia e proletariado moderno), o Estado só pode ser concebido como forma concreta de um determinado sistema de produção” (In LIGUORI, 2007, p.15). Essas observações são importantes para a compreensão do pensamento gramsciano.

Os dois aspectos básicos do Estado em Gramsci são a coerção e o consenso. Esses aspectos se referem às duas esferas que constituem o Estado, a sociedade civil e a sociedade política. Segundo o próprio Gramsci:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma rerepresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (2000, p.244).

A sociedade política corresponde ao aparelho governamental em sentido estrito, ou seja, o Estado e seus aparelhos de controle político e repressão por meio da força. Fazem parte da sociedade política os mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da força e da violência. Podemos citar como exemplos desses mecanismos as instituições jurídicas, políticas, administrativas e militares. Gramsci também chama a sociedade política de “Estado em sentido estrito” ou “Estado coerção” (COUTINHO, 2007).

Já a sociedade civil é a esfera privada da sociedade, formada por organismos ou instituições relativamente autônomas, onde o acesso ou participação são voluntários e está ligada ao estabelecimento do poder da classe dominante não pela repressão, mas pelo consenso. A sociedade civil é formada pelo conjunto das organizações encarregadas de formar e difundir o pensamento da classe dominante, de modo a estabelecer o seu domínio por adesão. Como exemplos de organizações que fazem parte da sociedade civil podemos citar o sistema escolar, as igrejas, os partidos e sindicatos, as organizações profissionais e a mídia em geral. Gramsci chama essas instituições de aparelhos privados de hegemonia (2000). A sociedade civil

aparece com neutralidade classista, como o terreno das individualidades, embora esteja fortemente atravessada pelos interesses de classe. Cabe sublinhar que os tais organismos “privados” fazem parte do Estado gramsciano, não sendo realmente privados. Se assim fossem, seria possível uma leitura liberal de Gramsci. No entanto, os aparelhos privados de hegemonia se articulam dialeticamente ao Estado, fazendo parte da engrenagem de funcionamento do mesmo.

Não há, na obra de Gramsci, uma dissociação entre os conceitos de sociedade política e sociedade civil; ambos estão relacionados, formando uma unidade orgânica. O Estado aparece como o entrelaçamento dos dois conceitos, sendo composto pelas duas esferas: “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2000, p.254-255).

O Estado burguês, na concepção de Antônio Gramsci, possui como componentes essenciais o uso da coerção, através do monopólio legal da força, com a finalidade de manter o projeto de dominação da classe burguesa, reprimindo indivíduos e movimentos que ameaçam de alguma forma sua hegemonia; e a formação do consenso, ou seja, o convencimento:

Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados (GRAMSCI, 2000, p.331).

Por meio dos aparelhos privados de hegemonia a classe dominante estabelece o consenso, fazendo com que seu projeto de classe seja visto como o projeto de todos. Acontece a universalização dos valores e interesses particulares de uma classe. Nesse processo ocorre a naturalização da pobreza e a ocultação das estruturas de dominação política e exploração econômica que permeiam a sociedade. Essa é a função da sociedade civil dentro do Estado burguês. Sobre os aparelhos privados de hegemonia em Gramsci, Coutinho escreve:

[...] são organismos sociais “privados”, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo

“privado” entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou “contratual” – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das *relações de poder* em dada sociedade. (COUTINHO, 1986, p.54,55).

Assim se expressa a grande importância da esfera “privada” na manutenção do domínio da burguesia sobre a totalidade da sociedade. A sociedade civil é o espaço de difusão das ideias da classe dominante, e por meio dela estas ideias tornam-se as ideias de todos, não mais as ideias de uma classe, mas as da totalidade da população. A sociedade civil é, pois, em Gramsci, espaço de estruturação ideológica, estando na superestrutura, diferentemente da sociedade civil em Marx que faz parte da estrutura, sendo colocada pelo alemão na base material da sociedade. É importante ressaltar que estrutura e superestrutura são esferas unidas e autônomas, no pensamento de Gramsci. Há uma relação de reciprocidade dialética, onde existe uma unidade, sendo equivocada a dissociação das duas categorias. A divisão que é feita é antes de qualquer coisa, de ordem metodológica, não existindo dicotomia entre estrutura e superestrutura (LIGUORI, 2006).

Já a sociedade política, que seria o aparelho de governo propriamente dito, a esfera pública, age por meio da coerção, usando a força para alcançar seus objetivos. Assim como em Marx, o Estado aparece em Gramsci como instrumento de dominação de classe, cuja função básica é garantir a continuidade da propriedade privada e da exploração. O Estado moderno é instrumento indispensável à burguesia, uma vez que realiza a interdição de movimentos da sociedade contrários à lógica do capital. A sociedade política trabalha por meio da força quando o consenso falha:

Assim, ao definir a sociedade política, ele a caracteriza como o aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (COUTINHO, 1986, pp.56,57).

Assim as duas esferas do poder estatal aparecem bem definidas em Gramsci, com funções e materialidades próprias; a sociedade política atuando

através da coerção, através dos aparelhos repressivos de Estado, sob o controle das burocracias administrativa e jurídico militar, e a sociedade civil atuando no sentido de criar o consenso, por meio dos aparelhos privados de hegemonia. A relação entre as duas esferas é definida, segundo o próprio Gramsci, da seguinte forma:

A supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como domínio e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a 'liquidar' ou submeter também mediante a força armada e é também dirigente dos grupos afins e aliados (*In* SIMIONATTO, 2004, p.71).

Outro conceito gramsciano que se relaciona ao conceito de Estado é o conceito de hegemonia. "Em todo o pensamento de Gramsci, a reflexão sobre o Estado-nação é central e está intrinsecamente ligada à temática da hegemonia" (LIGUORI, 2000, p.11). Uma classe tem hegemonia quando sua visão de mundo e seus valores tornam-se dominantes. A classe dominante é hegemônica porque seu domínio no plano material é legitimado no plano das ideias, seu projeto para si e para a sociedade é o projeto em execução. A classe que possui a hegemonia dirige a sociedade intelectual e moralmente, detendo o controle ideológico:

O campo de ação das classes e dos seus Estados passa necessariamente pela questão da hegemonia: ampliação da esfera de classe, absorção da sociedade, momentos concretos da identificação da classe dirigente/dominada com a sociedade. Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes devem se mover. (DIAS, 1999, p.49).

A hegemonia, como vimos, é construída através das instituições da sociedade civil, os aparelhos "privados" de hegemonia. Eles atuam no sentido de formar o consenso, uniformizando o pensamento da sociedade, universalizando a visão de mundo e o projeto da classe dominante. Na concepção de Gramsci, nos Estados ocidentais, onde as sociedades estavam em um nível maior de desenvolvimento e as relações entre Estado e sociedade civil eram mais complexas, o papel desses aparelhos e da sociedade civil como

defensora dos valores da classe dominante era mais visível. Nas sociedades orientais, o aspecto coercitivo do Estado era prevalecente, e a sociedade civil era menos desenvolvida. Gramsci buscou analisar a maneira pela qual a classe dominante consegue o consenso ativo dos governados, por meio da conquista da hegemonia, na primeira metade do século XX.

As diferenças nos contextos geográficos e históricos entre Marx e Gramsci, e também as diferenças em suas concepções de Estado levaram Marx e Gramsci a ter ideias diversas de Revolução. Gramsci tinha conhecimento do processo revolucionário da Rússia de 1917 e seus desdobramentos, e tinha visto a derrota dos movimentos populares dos trabalhadores da Europa ocidental nos anos 1920. Por conta disso, Gramsci vai tentar responder a questão do por que do fracasso da revolução no ocidente, além de tentar criar uma estratégia revolucionária para os países de capitalismo mais desenvolvido.

Gramsci percebeu que a sociedade russa, onde a revolução bolchevique teve êxito, era muito diferente das sociedades dos países de capitalismo mais avançado da Europa ocidental, e que o Estado também tinha formas diferentes de atuação nestas sociedades. Assim, nos seus escritos carcerários, Gramsci usou o termo Oriente para designar a situação da Rússia, e o termo Ocidente para designar os países desenvolvidos da Europa ocidental. O principal critério de diferenciação utilizado pelo italiano foi o nível de desenvolvimento da sociedade civil e sua relação com o Estado. Nas palavras dele:

No Oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção varia de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requer um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional (*In SIMIONATTO, 2004, p.40*).

Seguindo a lógica exposta acima, os países ocidentais possuíam uma sociedade civil desenvolvida e complexa, enquanto os países do tipo oriental possuíam um Estado coerção forte, e uma sociedade civil quase inexistente. Por conta disso, a estratégia revolucionária do Oriente não funcionaria no

Ocidente e vice-versa. A partir daí, Gramsci criou dois conceitos referentes à Revolução: guerra de movimento e guerra de posição. A guerra de movimento se refere à estratégia utilizada no Oriente, a tomada violenta do poder por meio da força; o confronto direto, por meio de um ataque frontal ao Estado. Tal estratégia seria eficiente apenas na Rússia, onde “o Estado era tudo”, e a sociedade civil inexpressiva. Tomando o Estado (em sentido restrito) a classe trabalhadora retiraria o principal instrumento de dominação de classe.

Já a guerra de posição é a estratégia que deveria ser, na concepção de Gramsci, levada a cabo no Ocidente, e significa a luta pela hegemonia política na sociedade civil. Por meio dela a classe trabalhadora deveria acumular forças via criação de instrumentos contra-hegemônicos. Isso acontece através da educação, entendida em sentido amplo, e da elaboração e difusão de uma nova cultura. Tal acontecimento se dá a partir do partido e das demais instituições da sociedade civil. A guerra de posição também é chamada de guerra de trincheiras:

Guerra de posição significa então guerra de trincheira, significa ir ao ataque das trincheiras, das fortalezas e fortins do inimigo. Isto é, é preciso identificar os gânglios essenciais da vida social e estatal e levar adiante uma política que abarque toda a sociedade. Isto é, Gramsci coloca a exigência de uma nova estratégia revolucionária, de uma nova forma de conceber a revolução. (GRUPPI, 1986, p.80)

A guerra de posição não determina por si só o sucesso da revolução. A revolução acontece em dois momentos, o momento das trincheiras, de conquista de posições, de criação da hegemonia, e um momento mais decisivo, onde se daria a tomada do poder estatal.

É importante ressaltar, a respeito da teoria de Gramsci sobre a conquista da hegemonia que o marxista sardo não considera apenas o momento superestrutural. Gramsci, a exemplo de Marx, entende que a solução dos problemas sociais não se dá principalmente pela via política, mas defende que a criação de uma nova hegemonia e a reforma intelectual e moral, precisam ser acompanhadas por transformações na base estrutural da sociedade:



Pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? Eis por que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. E mais, o programa de reforma econômica é exatamente o momento concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 1980, p.9).

Em relação ao Estado, outro ponto da teoria marxiana retomado por Gramsci é a tese da extinção do Estado. Assim como nos marxistas clássicos, na obra de Gramsci o Estado deve ser superado com o estabelecimento da sociedade comunista, que ele chamará, por conta da censura fascista, de sociedade regulada. A tese da superação do Estado, ou do desaparecimento do Estado, faz parte da crítica da política, presente na tradição marxista, tanto quanto a crítica da economia política. A política é vista como poder organizado de uma classe sobre outra e o Estado faz parte dessa estrutura de poder. O fim da sociedade dividida em classes sociais retira a necessidade do Estado, que desaparece. Em Gramsci, assim como em Marx, o Estado desaparece progressivamente em decorrência do fim das estruturas de dominação de classe, ele não é abolido abruptamente por decreto. Sobre esse tema, Coutinho escreve:

Para Gramsci, essa extinção significa o desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, “a reabsorção da sociedade política na sociedade civil”. As funções sociais da *dominação* e da *coerção* – à medida que se avança na construção do socialismo – cedem progressivamente espaço à *hegemonia* e ao *consenso*. (2007, p.138).

O desaparecimento do Estado não acontece imediatamente após o desaparecimento das classes, como resultado das alterações no plano econômico, depois da superação do modo de produção capitalista e das reformas socialistas. Gramsci coloca a necessidade da luta no terreno da política, mesmo dentro do socialismo, com a finalidade de superar as alienações provocadas por um Estado separado da sociedade. O definhamento do Estado se dá através do enfraquecimento do Estado coerção, o Estado

repressor, que perde espaço progressivamente para a sociedade civil, cada vez mais desenvolvida. No entanto, a sociedade civil marcada, neste momento, pelos valores da classe trabalhadora e por uma visão de mundo, sociedade civil que hegemoniza o projeto revolucionário do proletariado, que tem como finalidades o fim da exploração do homem pelo homem, a extinção das classes e o estabelecimento do comunismo. A sociedade civil com seus organismos, passa a ser a portadora material do autogoverno dos produtores livremente associados, de modo que a sociedade sem Estado, visada por Gramsci, não seja uma sociedade sem governo.

Na sessão seguinte seguiremos tratando das concepções de Marx e Gramsci, relacionando-as e observando quais seus pontos de convergência e de divergência.

## **CAPÍTULO IV**

### **ESTADO EM MARX E GRAMSCI: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

#### **4.1. Convergências e divergências entre as concepções de Estado de Marx e Gramsci**

O estudo das concepções de Marx e Gramsci, a respeito do Estado, revela muitos pontos de concordância, mas também algumas discordâncias pontuais. Nesta última sessão trabalhamos especificamente as convergências e divergências entre as concepções de Estado dos dois autores.

Um ponto fundamental, convergente na obra dos dois autores, é a concepção de Estado como instrumento de dominação de classe. Ele é peça importante na engrenagem de controle da burguesia sobre o proletariado, dando o suporte jurídico, militar e administrativo à classe dominante. O Estado existe enquanto existem classes sociais, não sendo inerente à existência humana e tendo uma função bem definida. Assim, tanto Marx como Gramsci concebem o Estado como Estado de classe. Esse é um ponto central de toda a crítica marxista do Estado: seu caráter classista e sua função como mantenedor dos privilégios da classe dominante.

Gramsci segue a linha do materialismo histórico, como apontamos no capítulo III, de modo que seu pensamento não fugirá aos princípios básicos dessa concepção. O combate empreendido por ele contra o economicismo, no caderno 13 (GRAMSCI, 2000), não resulta em uma recusa dos fundamentos materialistas, onde a economia representa a esfera fundante do real, mas sim em uma postura que busca fazer uma relação dialética entre o plano material e o ideal. Assim, Gramsci também vê a origem do Estado nas relações materiais presentes na sociedade, a exemplo de Marx.

Uma divergência, na obra dos dois autores, é em relação ao uso do termo sociedade civil. Marx e Gramsci concebem a sociedade civil de maneiras diferentes e Gramsci aprofunda o estudo desta categoria, em comparação com Marx. Nas palavras de Correia:

O uso da expressão sociedade civil em Gramsci é diferente do significado dado por Marx. Gramsci concebe a sociedade civil, não como estrutura, base material, mas como um momento da superestrutura, lugar em que se dá a formação do poder ideológico distinto do poder político, integrando um momento do Estado. (2005, p.44)

Já Marx situa a sociedade civil na estrutura. Para ele, a sociedade civil é a base material da sociedade, formada pelas classes sociais em disputa. Nas palavras dele:

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de “sociedade civil”, e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. (1982, p.301)

Marx identifica assim a sociedade civil com o conjunto das condições materiais de vida, e a coloca como a base, tanto das relações jurídicas como das formas de Estado. No texto de *A Ideologia Alemã*, ele afirma que a sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos (MARX & ENGELS, 2009, p.110), situando-a na base material da sociedade.

Em Gramsci temos uma diferença, no que se refere à sociedade civil. O que Gramsci chama de sociedade civil está na superestrutura, não na estrutura, como Marx. Isso se deve ao fato de que Gramsci concebe o Estado como sendo formado por duas esferas, as quais ele chama de sociedade civil e sociedade política (GRAMSCI, 2000). É uma visão ampla do Estado, onde ele é composto não só pelos aparelhos de governo, como a estrutura jurídica, administrativa e militar, mas também pelas instituições “particulares” da sociedade civil, chamadas por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia. Assim, como vimos no capítulo III, a sociedade política é formada pelas estruturas de governo propriamente ditas, e a sociedade civil é formada pelos ditos aparelhos privados de hegemonia, que seriam o sistema escolar, os partidos políticos, as igrejas, a mídia, etc. Por conta disso, o Estado cumpre a sua função, de assegurar os privilégios da classe dominante, através da

coerção, na esfera da sociedade política; e através do consenso, na esfera da sociedade civil.

Nas obras de Marx não aparece essa esfera do Estado, responsável pela formação do consenso. Como apontamos anteriormente, Marx coloca a sociedade civil na estrutura, com uma caracterização totalmente diferente de Gramsci. Já o Estado faz parte da superestrutura jurídica e política que se levanta sobre a base das relações de produção material da sociedade (MARX & ENGELS, 1982). A concepção marxiana de Estado o apresenta agindo essencialmente por meio da coerção. O Estado é o aparelho administrativo, jurídico e militar que *aparece* como neutro, mediando as relações entre as classes, mas na verdade preserva a situação presente na sociedade civil; a exploração de uma classe sobre a outra. No entanto, é importante ressaltar que em Gramsci não existe a cisão entre economia e política, como afirmam algumas interpretações de seu pensamento, sobretudo a de Norberto Bobbio. Sobre isso Liguori escreve:

Bobbio, cuja teoria política é fortemente dicotômica e procede por dualidades opostas, defende como central no pensamento de Gramsci a dicotomia Estado-sociedade civil, negando assim, o que no autor dos Cadernos é o mais importante: a não separação, ou seja, a unidade dialética entre política e sociedade, economia e Estado (2006, p.8).

A distinção marxiana, entre estrutura e superestrutura, não indica uma dicotomia entre economia e política, tanto em Marx quanto em Gramsci. Esse é um ponto importante, onde existe convergência. Existe uma relação de reciprocidade dialética e de autonomia relativa entre as duas esferas. Ambos reconhecem a determinação em última instância da economia, mas não consideram a superestrutura como mero reflexo da estrutura.

Um autor que estuda a política, Carlos Nelson Coutinho (1996), afirma que a diferença entre as concepções de Estado de Marx e Gramsci está no fato de Marx ter um conceito restrito de Estado, e Gramsci ter um conceito amplo:

Assim está formulada a essência da concepção “restrita” do Estado: esse seria a expressão *direta e imediata* do domínio de

classe (“comitê executivo”), exercido através da *coerção* (“poder de opressão”). (1996, p.20).

O Estado em Marx é essencialmente coerção (MARX & ENGELS, 1998). Ele monopoliza a esfera política, sendo responsável por todas as decisões importantes no que se refere ao bem comum, “despolitizando” a sociedade civil. No entanto, este monopólio legal da vida pública é direcionado aos interesses de uma classe específica, já que o Estado é o “comitê da burguesia”. E segundo esta concepção de Estado, não há espaço para concessões à classe trabalhadora, uma vez que as leis de acumulação capitalista são inconciliáveis com os interesses de classe do proletariado. Por conta disso, os trabalhadores não devem pensar em uma transformação social por meio das estruturas do Estado, mas buscar a revolução violenta, onde a tomada do poder do Estado se dá pela força: “já que a forma política da luta de classe é a guerra civil, a transição ao socialismo implica uma explosão insurrecional e uma ruptura sólida e violenta com a ordem burguesa” (COUTINHO, 1996, p.21).

Esse processo de insurreição popular e tomada violenta de poder, embora sugerido no Manifesto, não aparece explicitado no referido livro. Apenas depois dos processos revolucionários europeus de 1848 é que Marx e também Engels vão escrever em termos mais práticos. Ambos tiveram uma participação ativa na revolução de 1848, na Alemanha, e após o processo puderam fazer uma análise das formas de luta política da classe trabalhadora, tendo como base uma experiência concreta. Em 1850 Marx escreveu uma série de artigos para *A Nova Gazeta Renana* intitulados “A crise e a contra-revolução” (COUTINHO, 1996, p.22). Nesses artigos ele discorre sobre o processo revolucionário e aponta alguns erros estratégicos na condução do movimento. Ele acaba corroborando com a teoria da revolução violenta, expressa no *Manifesto*, como indispensável para a supressão do poder da classe dominante. Marx escreve no século XIX, período em que ainda havia uma luta contra algumas estruturas do Antigo Regime. Para ele, o proletariado deveria participar ativamente dos movimentos revolucionários democrático-burgueses, em luta contra as velhas estruturas absolutistas e feudais, porém, não deveria se contentar com as conquistas formais da democracia burguesa.

Daí o conceito marxiano de “revolução permanente”, segundo o qual a revolução deve ir até o fim da exploração do homem pelo homem, e deve ser espalhada para todos os países predominantes do mundo.

Este é outro ponto no qual existem divergências entre Marx e Gramsci: a teoria da revolução. Em Marx a revolução é um processo violento de tomada do poder. Desde o *Manifesto* Marx defende a revolução violenta, com a tomada do poder estatal por parte do proletariado, que é, pra ele, a classe revolucionária. Apenas o proletariado realiza o intercâmbio orgânico do homem com a natureza, criando a base material da riqueza social (MARX, 1985). No entanto, como mencionado anteriormente, Marx não traz uma “cartilha da revolução”, não apresenta uma “receita” que deva ser seguida pela classe proletária. Já Gramsci faz uma pesquisa mais aprofundada do assunto, uma vez que uma das motivações de seus estudos era criar uma teoria da revolução para os países ocidentais. Como vimos no item 3.2, Gramsci faz uma distinção entre países ocidentais e países orientais, sendo estes os países de capitalismo mais atrasado, exemplo da Rússia anterior à revolução de 1917, e aqueles os países desenvolvidos da Europa ocidental.

A partir daí, o filósofo sardo criou dois termos, que designam as duas estratégias revolucionárias, cada uma adequada a um tipo de país: a guerra de movimento, caracterizada pela tomada do poder por meio de uma ação violenta, adequada aos países orientais; e a guerra de posição, marcada por ações no nível da sociedade civil, buscando a conquista de espaços e posições, tendo como objetivo a direção político-ideológica da sociedade, a formação de um consenso favorável à classe trabalhadora. A guerra de posição é a estratégia adequada aos países de formação ocidental. A guerra de posição é uma inovação que Gramsci traz em seu pensamento político. Constitui uma diferença em relação à teoria da revolução de Marx.

A tese da extinção do Estado está presente na obra dos dois autores. Já que o Estado tem o seu caráter de classe, a sociedade comunista, chamada por Gramsci de sociedade regulada, prescinde do poder estatal. A tese do fim do Estado é marcante em todo o pensamento político marxista.

Como foi possível observar, há pontos de concordância, entre as teorias de Estado dos dois autores, e alguns pontos onde existe divergência.

Considerando que Marx e Gramsci viveram em épocas diferentes, e escreveram de lugares diferentes, resta saber se as diferenças entre as teorias de ambos são derivadas dos diferentes contextos históricos, e das diferenças pontuais do capitalismo ou do Estado nas diferentes épocas, ou se são decorrência de uma ruptura que Gramsci realiza em relação aos princípios de Marx.



## CONCLUSÃO

A partir de tudo o que foi exposto, resta saber se Gramsci difere de Marx em essência, ou se ele é um continuador da obra de Marx. A questão que se coloca nesse momento é a seguinte: Gramsci, que escreveu sua obra da maturidade meio século depois da morte de Marx, atualiza a concepção de Estado de Marx, a partir dos novos elementos advindos das novas configurações do capitalismo e do poder político no século XX, ou é um revisionista da obra marxiana, rompendo com princípios e postulados elementares do pensamento de Marx?

Para responder a questão mencionada acima foi feito um estudo da categoria Estado nas obras de Marx e Gramsci para, a partir dela, se observar se há continuidade ou ruptura.

A tese fundamental, de ambas as concepções de Estado é a de que o Estado é um instrumento de dominação de classe, importante para manter a situação de domínio da classe exploradora sobre a classe explorada. O Estado nasce a partir surgimento das classes sociais.

A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado Antigo e a escravidão antiga – francas antíteses clássicas – não estavam fundidos entre si mais estreitamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes, hipócritas antíteses cristãs (1995, p.81).

Gramsci também vê no Estado a expressão do domínio de classe:

Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados (2000, p.331).

Segundo o marxista sardo, o Estado é utilizado pela classe dirigente para justificar e manter seu domínio e obter o consenso ativo dos governados. O fato de Gramsci trabalhar com o conceito de consenso ativo, não apenas com o conceito de coerção, não minimiza o fato de que o Estado é um instrumento de dominação de classe, servindo aos interesses do grupo

dirigente da sociedade. Já Marx, associa a existência do Estado à existência da escravidão, nesse contexto, da dominação de classe.

Outro ponto importante no pensamento dos dois autores é que o Estado não cria as desigualdades, elas surgem no nível das relações materiais de produção. O Estado é o ordenamento da sociedade, mas não o criador, ou fundador da sociedade. Ele cuida da vida pública, mas os problemas sociais aparecem no nível da vida privada. É na base material da sociedade, fundamento do Estado, que se travam as relações geradoras das desigualdades sociais. Nesse sentido, o Estado é fundado, não fundante.

A determinação em última instância da economia, presente no pensamento de Marx, também se encontra no de Gramsci. O pensador italiano seguiu os princípios da teoria social marxiana, não rompendo com eles em seus escritos. O fato de Gramsci ter estudado os fenômenos “superestruturais”, questões como a ideologia e a cultura, não o tornam um politicista, já que ele não considera a política como esfera central, nem nega a esfera econômica como fundante.

Gramsci – podemos dizer – é o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade, as articulações internas. Nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no contexto de uma concepção dialética da relação entre ambas. (LIGUORI, 2007, p.20).

Gramsci permanece fiel ao princípio da totalidade (como visto no item 3.2), e em seus estudos do Estado afirma a unidade dialética entre economia e política, onde existe uma relação de autonomia, mas de dependência. A “ampliação” do Estado no pensamento gramsciano não nega os fundamentos da teoria marxiana. O próprio Marx não afirma que o Estado se resume a coerção, mas que a coerção faz parte de sua essência. O Estado em Gramsci possui a mesma essência que o Estado em Marx, e também a mesma função: a defesa da propriedade privada e dos privilégios da classe dominante. Ele se faz necessário na medida em que existem as classes sociais, e a luta entre as classes, e se fará desnecessário quando a vitória do proletariado e o

estabelecimento da sociedade regulada (comunista) fizeram desaparecer as classes sociais e a exploração do homem pelo homem.

As diferenças entre a concepção de Marx e de Gramsci não são referentes à essência, aos fundamentos teóricos, de modo que não há antagonismo entre o pensamento dos dois autores. O fato de Gramsci escrever quase meio século após a morte de Marx, em um contexto histórico diverso, deu para ele condições de “atualizar” a concepção de Marx. Assim, Gramsci formulou seu conceito de Estado, não rompendo com o conceito marxiano clássico e seus fundamentos ontológicos, mas observando as alterações nas relações entre Estado e sociedade, e as novas configurações do capitalismo na primeira metade do século XX, o chamado “capitalismo monopolista de Estado” (NETTO, 1992). No campo da política houve o sufrágio universal, a socialização da participação política, a formação e grandes sindicatos e de partidos políticos de massa. Esses fatores influenciaram as relações entre o Estado e a sociedade, de modo que o pensamento de Gramsci abarca todas essas mudanças.

As diferenças no contexto não fazem Gramsci romper com Marx, já que ele segue os fundamentos da teoria social marxiana e sua concepção é, em essência, convergente com a concepção do alemão. Nesse sentido, Gramsci é um marxista, continuador da herança teórica de Karl Marx.

O estudo do Estado e da política é de extrema importância para a classe trabalhadora, uma vez que os mesmos fazem parte da estrutura de dominação de classe. A transformação consciente da sociedade passa pelo entendimento das categorias que a compõem. Nesse sentido, é inegável o valor dos estudos de Marx e Gramsci, que não apenas estudaram a sociedade, mas também assumiram a perspectiva de classe, imprescindível ao pensamento revolucionário.

O pressuposto básico da presente dissertação foi a existência de divergências e convergências entre as concepções de Estado de Karl Marx e Antônio Gramsci, dois importantes pensadores da esquerda mundial, que viveram nos séculos XIX e XX, respectivamente. As diferenças no pensamento dos dois autores levantaram a questão a respeito da continuidade ou ruptura de Gramsci em relação a Marx, uma vez que o pensador alemão é o criador do

socialismo científico, e é considerado o pai do marxismo. Esse foi o ponto de partida da presente dissertação. A partir daí foram feitos os estudos sobre as concepções de Estado dos dois autores, com a finalidade de responder a esta questão.

Nesse sentido, foi feito um breve estudo sobre a concepção liberal de Estado e suas principais vertentes, no primeiro capítulo, que foi seguido por um estudo sobre a vida e obra de Marx, seus fundamentos teóricos e seu pensamento a respeito do Estado, no capítulo II. No capítulo III foi feito algo semelhante, porém o autor estudado foi Antônio Gramsci. Já no capítulo IV fizemos um estudo comparativo entre as concepções de Estado dos dois autores, ponto fundamental da presente dissertação. É no capítulo IV que é respondida a questão sobre a relação de Gramsci e Marx, a partir de seus conceitos de Estado.

A respeito da questão central, abordada no presente trabalho, não é possível concluir, a partir dos estudos realizados, que Gramsci tenha rompido com os fundamentos de Marx, ou que a obra do filósofo sardo seja essencialmente divergente do pensamento do alemão. Ao contrário, o italiano é um marxista, em seus fundamentos e em suas conclusões. Como foi visto anteriormente, Gramsci segue os princípios fundamentais da teoria marxiana, e produz dentro da linha do materialismo histórico-dialético. Ele segue todos os princípios teóricos do filósofo alemão. O princípio da totalidade, o trabalho como fundamento ontológico do ser social, o princípio da dialética, e a perspectiva da revolução, imprescindível ao marxismo. Assim, filosoficamente, Gramsci é herdeiro do legado de Marx. No que se refere ao Estado podemos chegar a mesma conclusão.

O Estado em Marx e Gramsci é essencialmente domínio de classe, instrumento da classe dominante para manter a exploração da classe dominada. Ele surge com as classes sociais, sendo uma demanda da luta de classes. Aparece como mediador da relação entre as classes, como uma instituição neutra, embora sua neutralidade seja aparente, uma vez que ele atende aos interesses da classe dominante, existindo em função deles. O Estado é uma instituição administrativa, político-ideológica que tem sua origem

na base material da sociedade. E se tornará supérfluo em caso de uma sociedade sem classes, onde não haja a exploração do homem pelo homem.

É escusado dizer que as concepções de Marx e Gramsci não são idênticas, existem algumas diferenças, como a respeito do uso do termo sociedade civil, ou a noção mais abrangente de política, presente no pensamento de Gramsci. A concepção gramsciana de Estado, chamada de Estado ampliado, traz novos elementos, em relação à concepção marxiana. No entanto não são elementos que trazem uma discordância, não constituindo ruptura com a obra marxiana. Vale lembrar que Gramsci viveu no século XX, num outro contexto histórico, de modo que observou situações que Marx não pôde observar, e mudanças que aconteceram após a morte do alemão, sobretudo mudanças referentes ao procedimento do Estado e à socialização da política. No entanto, as mudanças se referem ao procedimento, não à essência. São mudanças que alteram em alguns aspectos a relação entre sociedade e Estado, mas não a essência do fenômeno estatal. O Estado não muda a sua natureza, ou sua função, as quais foram apontadas por Marx. Em seus estudos, Marx escreveu sobre as determinações mais gerais do fenômeno estatal, as quais permanecem nos escritos gramscianos.

Assim, a relação de Gramsci com Marx no que diz respeito a questão do Estado é de continuidade, não de ruptura, de atualização, não de revisão. Gramsci traz uma grande contribuição ao marxismo, atualizando em alguns pontos a teoria de Marx, acrescentando os novos elementos observados por ele no século XX, sem negar as antigas determinações apontadas pelo alemão. Desta forma, Gramsci é um marxista, assim como Lênin, Lukacs, Mandel e outros grandes autores da esquerda no século XX.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 10ª edição. São Paulo: Graal, 2007.
- BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.
- CODATO, Adriano & PERINSSOTO, Renato. **O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx**. In: **Crítica marxista**. Nº 13. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CORREIA, Maria Valéria Costa. **O Conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais**. Recife, 2005, 342f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e política, a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Textos Didáticos**. 2ª edição. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Escritos Políticos. Vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6ª Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GORENDER, Jacob. **Apresentação de O Capital, Vol. I**. In MARX, Karl. **O Capital. Volume I**. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Coleção Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM Editora, 1986.

- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.
- LÊNIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LESSA, Sérgio & TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- LIGUORI, Guido. **Estado e Sociedade Civil de Marx a Gramsci**. In: Novos Rumos, nº 46. São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O Pensamento de Gramsci na época da mundialização**. In: Novos Rumos, nº 32. São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Rio de Janeiro/Porto: Elfos/Escorpião, 1989.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.
- MARTINS, Marcos F. **Marx, Gramsci e o Conhecimento, ruptura ou continuidade?** Campinas SP: Autores Associados, 2008.
- MARX, Karl. **A Guerra Civil em França**. Lisboa: edições Avante, 1984.
- \_\_\_\_\_. **A Miséria da Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora centauro, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O Capital. Volume I**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 5<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano**. Tradução Ivo Tonet, Belo Horizonte, Práxis n. 5, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Prefácio à “contribuição à crítica da Economia Política”**. In: **MARX & ENGELS. Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.
- \_\_\_\_\_ & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O que é marxismo**. Brasília: Brasiliense, 1985.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. São Paulo: Graal, 1985.
- SEMERARO, Giovanni. **Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci**. In Revista Brasileira de educação. Nº 16. Campinas: Editora Autores Associados, 2001, p.95-104.
- SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3º ed. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- TONET, Ivo. **Prefácio às Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano**. Tradução Ivo Tonet, Belo Horizonte: Práxis n. 5, 1995.
- WEFFORT, Francisco C. (organizador). **Os Clássicos da Política. 2º Volume**. 4º edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- WHEEN, Francis. **Karl Marx, uma biografia**. Rio de Janeiro: Record Editora, 1999.



